



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEAS**

**CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL DO AMAZONAS**

**CONSEA – AMAZONAS**



**RELATÓRIO FINAL**

**MANAUS - AM  
2020**

## **REALIZAÇÃO**

**Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas/CONSEA-AM**

## **PREPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO EVENTO**

**Presidente do CONSEA:** Rui Félix dos Santos

### **Equipe do CONSEA-AM:**

- Cinthya da Cruz Martins;
- Maria Rozelany Torres;
- Sammy Natacha Carvalho;
- Maria Rosa Gomes Graça;
- Adele Luiza da Matta Costa;

### **Comissão Executiva:**

- Rui Félix dos Santos (**Presidente do CONSEA**)
- Cinthya da Cruz Martins (**Pesquisadora e Técnica do CONSEA**)
- Arlete Oliveira Conceição Anchieta da Silva (**Movimento Negro - FOPAAM**)

### **Comissões:**

#### **1. Subcomissão de Conteúdo e Metodologia**

- Arlete Oliveira Conceição Anchieta da Silva (**Movimento Negro - FOPAAM**)
- Celiana Barbosa Pereira (**PRAISAN**)
- Dionísia Nagahama (**INPA**)
- Katell Uguen (**UEA**)
- Thiago Augusto Miranda Maia (**CONAB**)

#### **2. Subcomissão de Mobilização**

- Ir. Maria Alzira Fritzen (**CNBB**)
- Érika Bernardes Dias (**CAISAN**)
- Raimunda Maria Fátima Monteiro (**FETRAF**)
- Felipe Miranda Marques (**SEPROR**)
- Joselina Alves de Castro Serudo (**SUSAM**)
- kaliny de Souza Lira Alves (**SEAS**)
- Maria do Socorro Ferreira da Silva (Papoula - **AMA**)

#### **3. Subcomissão de Infraestrutura**

- Delzimar de Ataíde Medeiros (**PASTORAL DA CRIANÇA**)
- Pedro José de Farias Neto (**SINDARP**)
- Rui Félix dos Santos (**ACA**)

#### **4. Subcomissão de Comunicação**

- Adele Luiza da Matta Costa (**CRN**)
- Ana Milena Souza Marulanda (**FEDERAÇÃO INDÍGENA KUKAM-KUKAMIRI**)

### **Equipe de Relatoria:**

- Arlete Oliveira Conceição Anchieta da Silva (**Movimento Negro - FOPAAM**)
- Cinthya da Cruz Martins (**Pesquisadora e Técnica do CONSEA**)
- Gláucio da Gama Fernandes (**Movimento Negro - FOPAAM**)
- Katell Uguen (**Universidade do Estado do Amazonas**)

## **Agradecimentos**

À **Secretaria Estadual de Assistência Social – SEAS** - na pessoa da *Secretária Márcia Sardo*, pelo oferecimento da infraestrutura para a realização da Conferência; local do evento, recursos audiovisuais, alimentação, banners e material de apoio;

À **Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/AM**;

À **Assessoria Jurídica da SEAS (ASSEJUR)** - pelo apoio na condução e aprovação do Regimento Interno da **VI - CESAN-AM**;

**Ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDAM** – doação de 100 camisas para o evento;

À **Amazonas Energia** - doação de 150 camisas e 250 sacolas para o evento;

À **Associação Comercial do Amazonas - ACA** - *Dra. Acácia Branca Seco Ferreira*, pelos relevantes serviços jurídicos que conduziu a aprovação do Regimento da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas.

À **ColBrasil** – colaboração com material audiovisual e ornamentação;

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ADAF** - Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas

**ADS** - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

**AFEAM** – Agência de Fomento do Estado do Amazonas

**ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

**ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural

**CAE** – Conselho de Alimentação Escolar

**CAISAN/AM** - Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional

**CDS** – Compra com Doação Simultânea

**CESAN/AM** - Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas

**CNSAN** - Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento

**CONSEA** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**CRAS** - Centro de Referência em Assistência Social.

**DHAA** - Direito Humano à Alimentação Adequada

**EAN** - Educação Alimentar e Nutricional

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

**FOPAAM** - Fórum Permanente de Afrodescendentes do Amazonas

**FVS** – Fundação de Vigilância Sanitária

**FPS** – Fundo de Promoção Social

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDAM** - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas

**IDEB**- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**INSAN** - Insegurança Alimentar e Nutricional

**IPAAM** - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

**LOSAN** - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

**MDS** – Ministério de Desenvolvimento Social

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos

**PESAN** – Plano Estadual de segurança Alimentar e Nutricional

**PLANSAN** – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PNAN**- Política Nacional de Alimentação e Nutrição

**PPA** - Plano Plurianual

**PRAISAN** - Projeto Rede de Apoio Interinstitucional (ensino superior) e setorial ao fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos Estados da Região Norte: Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima

**PREME** - Programa Merenda Escolar Regionalizada

**SAN** - Segurança Alimentar e Nutricional

**SEAS** - Secretaria de Estado da Assistência Social

**SEDUC** - Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas

**SEINFRA** - Secretaria de Estado de Infraestrutura

**SEJUSC** - Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

**SEMA** - Secretaria de Estado de Meio Ambiente

**SEMSA** – Secretaria Municipal de Saúde

**SEPLANCTI** - Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

**SEPROR** - Secretaria de Estado da Produção Rural

**SESI** - Serviço Social da Indústria

**SISAN** – Sistema Nacional e Segurança Alimentar e Nutricional

**SISVAN** – Sistema de Vigilância Sanitária

**SUSAM** - Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas

**UC** – Unidades de Conservação

**UEA** – Universidade do Estado do Amazonas

## SUMÁRIO

CONSEA-AM EM 2020: INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS .....	6
CONSEA-AM EM 2020: INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS.....	8
APRESENTAÇÃO.....	9
1.INFORMAÇÕES GERAIS .....	11
1.1 Objetivos .....	11
Objetivo Geral: .....	11
Objetivos Específicos: .....	11
1.2 Organização das conferências municipais e Sub-regionais.....	12
1.3 Carta Convite do CONSEA para a realização das conferências municipais.....	14
2. Conferências municipais e sub-regionais de SAN.....	15
3. VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional .....	18
3.1. Público-alvo .....	18
3.2 Caracterização dos participantes .....	188
3.3 Representação dos Municípios.....	211
3.4 Metodologia da organização da VI CESAN – AM.....	21
3.5 Programação da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas CESAN - AM com o TEMA: O Estado e a Sociedade no Combate à Fome..	222
3.6 História da Segurança Alimentar no Estado do Amazonas - Palestra de abertura.....	244
3.7 Contribuições de instituições governamentais .....	244
3.8 Contribuições das organizações não governamentais .....	255
4. CARTA POLÍTICA .....	266
5 CONCLUSÃO: CONSENSOS E DISSENSOS .....	366
6. REFERÊNCIAS.....	377
ANEXO1. REGIMENTO INTERNO DA VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO AMAZONAS.....	388
ANEXO 2. MONÇÃO DE APOIO.....	43
ANEXO 3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA VI CONFERENCIA.....	53
ANEXO 4. SÍNTESE DAS DIMENSÕES DE SAN DOS MUNICÍPIOS.....	65

## CONSEA-AM EM 2020: INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>TITULARES/ SUPLENTE</b>
1	Arquidiocese de Manaus	Sebastião Pinheiro Magalhães Irismar da Silva Santos (in memoria)
2	Articulação Amazonense de Municípios – AAM	Antônia Helena Campelo das Neves Pessolato Claudio Gomes Barros Júnior
3	Associação de Mulheres do Amazonas – AMA	Maria do Socorro Ferreira da Silva Maria do Socorro Marinho Prado
4	Associação Brasileira Dos Bares e Restaurantes do Amazonas – ABRASEL	Lilian Guedes de Oliveira de Araújo Zeina Maria da Silva
5	Associação Comercial do Amazonas – ACA	Rui Félix dos Santos Ivone Leite
6	Associação Indígena Saterê Mawé do Aningá – AISMA	Aluizio Macedo do Nascimento Nady Vieira de Andrade
7	Associação Médica do Amazonas – AMA	Marc Arthur Loureiro Storck José Maria de Castro Santana
8	Cáritas Arquidiocesana de Manaus	Antônio Irailton Hipólito da Fonseca Afonso de Oliveira Brito
9	Central Única Dos Trabalhadores – CUT	Tereza Cristina Guilhon Simone Moraes Lisboa
10	Comissão Pastoral da Terra – CPT	Ana Virgínia Monteiro dos Santos Joanice Leite Andrade
11	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB	Irmã Maria Alzira Fritzen Irmã Bárbara Furgal
12	Conselho de Alimentação Escolar – CAE	Signe Deyse Santos Freitas D’Ávila Jezanias Rosa de Souza
13	Conselho Indigenista Missionário – CIMI	Jussara Góes da Fonseca Edina Margarida Pitarelli
14	Conselho Regional de Nutricionistas – CRN 7a. Região	Mara da Silva Carvalho Adele Luiza da Matta Costa
15	Coord. das Org. Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB	Rosimeire Maria Vieira Teles Maria Assunta Pedrosa Ferreira
16	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF	Raimunda Maria de Fátima Monteiro Caroline Monteiro de Queiroz
17	Federação dos Trabalhadores Rurais - FETAGRI /AM	Milton Sergio da Costa Soares Maria do Rosário F. Barba
18	Federação Indígena do Povo Kukam-Kukamiria do Brasil, Peru e Colômbia	Ana Milena Souza Marulanda Carlos Augusto Melo Seixas
19	Federação Nacional dos Cultos Afro-brasileiros – FENACAB/AM	Raimunda Nonata da Silva Correia Luiz Borges da Silva
20	Grupo de Trabalhos Amazônicos – GTA	Adenilde Pinto de Almeida Marcia Ruth Martins
21	Memorial Chico Mendes	Maria José Nóbrega de Albuquerque Antônio Adevaldo Dias da Costa
22	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis/Amazonas	Waldirene Santos da Silva Josiane Lameira Lima

23	Movimento Negro - Fórum Permanente de Afrodescendente do Amazonas – FOPAAM	Arlete Oliveira Conceição Anchieta da Silva Gláucio da Gama Fernandes
24	Pastoral da Criança	Delzimar de Ataíde Medeiros Sandra Maria Torres de Brito
25	Rede Maniva de Agroecologia – REMA	Adriana Seixas Marcio Arthur Oliveira de Menezes
26	Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amazonas - SEBRAE	Elcimar Monteiro Barroso Márcia de Souza Lima Petillo
27	Serviço Social da Indústria – SESI	Yara Carvalho Vieira Evelyn Medeiros dos Santos
28	Serviço Social do Comércio – SESC/MESA BRASIL	Elinaldo Azevedo Barbosa Jr. Janayne do Socorro da Costa
29	Sindicato dos Armadores, Pescadores e Proprietários de Barcos de Pesca/AM - SINDARP	Pedro José de Farias Souza Neto Sebastião Gadelha
30	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas – SINTEAM	Leila Dorotéia de Castro Mauricélio Correa Campos

## CONSEA-AM EM 2020: INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>TITULARES/ SUPLENTE</b>
1	Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	Serafim José Tavares Júnior Thiago Augusto Magalhães Maia
2	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA/Amazônia Ocidental	Lindomar de Jesus de Souza Silva Adriana Barbosa de Souza Ribeiro
3	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA	Dionísia Nagahama Denise Machado Duran Gutierrez
4	Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania – SEAS	Kaliny de Souza Lira Alves Érika Bernardes Dias
5	Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC	Maria Cinlany Torres de Aguiar Priscila Pereira de Oliveira
6	Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR	Tanis Guimarães Castro Felipe Miranda Marques
7	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania– SEJUSC	Francimar Santos Junior Edney Correa de Souza
8	Secretaria de Estado de Saúde – SUSAM	Joselina Alves de Castro Liane Araújo de Figueiredo
9	Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA	Ana Claudia da Costa Leitão Luiz Henrique Santana
10	Universidade do Estado do Amazonas – UEA	Silvana Gomes Benzecry Katell Uguen

## APRESENTAÇÃO

“Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”

(Fernando Pessoa)

A realização deste trabalho é resultado da iniciativa do **Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas – CONSEA/AM**, envolveu apoiadores e colaboradores, em sentimentos de desafios e entusiasmos múltiplos tornando possível a efetivação da **VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas**, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2020, no Centro de Convivência da Família Magdalena Arce Daou, em Manaus, capital do Amazonas, com o Tema: *O Estado e a Sociedade no combate à fome*.

A referida conferência envolveu 209 representantes da sociedade civil e do governo municipal e estadual, permitindo a realização de amplos debates sobre questões relacionadas com SAN amparados nas seguintes premissas: I. Equidade; II. Diversidade; III Sustentabilidade; IV. Soberania Alimentar; V. Direito Humano à Alimentação Adequada; VI. Participação e Controle Social; VII Descentralização e IX. Intersetorialidade.

A primeira mobilização que envolveu a sociedade civil e o governo para pensar as proposições sobre segurança alimentar e nutricional no Amazonas, aconteceu mediante o III Encontro de Povos Tradicionais e Movimento Negro, no dia 20 de agosto de 2019, quando se reuniram representantes negros, indígenas, religiosos de matriz africana com o objetivo de analisarem as necessidades e proposições dos participantes deste grupo no que se refere ao combate à fome, tema da VI Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas. O evento foi realizado no Museu Casa Eduardo Ribeiro e contou com a presença de 120 participantes.

A VI Conferência contou também com ações realizadas pelo poder municipal de 47 municípios do Estado do Amazonas em 2019, os quais somaram conosco na realização das Conferências Municipais de SAN e, posteriormente, na participação das Conferências Sub-Regionais de SAN. Esses dois momentos permitiram que se estabelecesse a culminância de diálogos vivenciados na Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, acenando para a perspectiva de novos caminhos a serem trilhados pelas políticas públicas que poderão vir a ser trabalhadas no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas no próximo quadriênio.

As propostas e informações contidas neste **Relatório Final de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas** dialogam com a necessidade de conhecer e reconhecer as identidades econômicas e culturais vivenciadas nas especificidades dos lugares amazônicos, permitindo que a inclusão da Segurança Alimentar e Nutricional seja ampliada e amparada pelo poder público do Estado do Amazonas, apoiando pesquisas e incentivando a produção e consumo de produtos advindos da agricultura familiar, sobre a égide da diretrizes emanadas da **LOSAN** Nacional (BRASIL, 2006) e da LOSAN Estadual (AMAZONAS, 2010) que regulamentam e nos mobilizam a colocar em prática o acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada no cotidiano de cada prato de alimentação amazonense, de forma permanente e capaz de permitir o consumo de “alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, promovendo e respeitando a diversidade cultural” de nossa gente.

Isto posto, encerramos aqui nossas apresentações iniciais deixando para você leitor mais um questionamento: “e isto valerá a pena?”. Então nós antecipamos na resposta: pois acreditamos que tudo valerá a pena quando a nossa luta for em favor daqueles que ainda sofrem pela fome, pois nesta vida amazônica formada por imensidões geográficas, se torna cada vez mais importante criar ações que reajam contra a nossa invisibilidade sociocultural, afirmando a importância de ensinarmos a respeitar a multidisciplinaridade dos cotidianos amazônicos permeados pelas florestas e rios que são essências de vivências de culturas negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

# 1. INFORMAÇÕES GERAIS

## 1.1 Objetivos

### Objetivo Geral:

Ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo a todos o DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada, respeitando as especificidades dos municípios e sua soberania alimentar, colaborando com a gestão intersetorial do SISAN mediante a identificação do perfil de segurança alimentar encontrado nas cidades do interior do Amazonas, para a construção do novo Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas/2020-2023.

### Objetivos Específicos:

- Envolver sociedade civil e governo em debate sobre o processo de construção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), nos municípios do interior do Amazonas, principalmente direcionada aos grupos sociais em situação de vulnerabilidade;
- Promover a articulação com os municípios para sensibilizar e mobilizar governo municipal e sociedade civil para efetivação do processo de adesão ao SISAN;
- Construir e atualizar a Agenda de SAN no Amazonas;
- Fortalecer as ações governamentais e políticas, ampliando a participação popular nos espaços de controle social, aumentando a visibilidade das políticas de SAN para o Amazonas, mediante a construção do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas para 2020-2023.
- Discutir nos grupos de trabalho os Eixos Temáticos:
  - I – Garantia do Acesso à terra e ao território;
  - II - Produção, financiamento e assistência técnica e extensão rural;
  - III - Preservando a água e o meio ambiente;
  - IV - Acesso à mercados e feiras – Agricultura Familiar;
  - V - Sociobiodiversidade e agroecologia;
  - VI - Assegurando a aquicultura e a pesca;
  - VII – Promoção da educação alimentar e nutricional;
  - VIII – Promoção da educação e a saúde;
  - IX – Construção da adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);
- Avançar no comprometimento das esferas municipais e Estadual, ampliando a participação e o compromisso dos amazonenses na construção do SISAN e no pacto social a favor do DHAA.

## 1.2 Organização das Conferências Municipais e Sub-regionais

Esta parte do Relatório contém informações sobre os processos e ações realizadas para a culminância do evento que envolveu a VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO AMAZONAS que teve como tema “O ESTADO E A SOCIEDADE NO COMBATE À FOME”. Em 05 de julho de 2019, mediante aprovação realizada em plenária de Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas – CONSEA/AM, foi dado parecer favorável para realização das conferências municipais e sub-regionais de SAN no Amazonas. Foi estabelecida parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Amazonas – SEDUC/AM, para a utilização do Centro de Mídias - CEMEAM, no período de agosto a novembro de 2019, para gravações e transmissões de palestras de sensibilização e orientação com o objetivo de realizar as Conferências Municipais e Sub-regionais de SAN no Amazonas.

No primeiro momento, com a realização do **III Encontro Temático de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos e Comunidades Tradicionais e Movimento Negro**, com o objetivo de ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, capacitando os participantes de povos e comunidades tradicionais e do movimento negro, para apresentação de propostas que passaram a fortalecer e efetivar as políticas de SAN para essa população.

Paralelamente a esse momento, em parceria com a Secretaria de Assistência Social, representada pela Sra. Secretária Márcia Sahdo, presidente da CAISAN/AM, foram enviados ofícios e o Roteiro de Orientações aos gestores municipais dos 62 municípios, solicitando apoio para a realização das Conferências Municipais de SAN no Amazonas, as quais deveriam ocorrer no período de agosto a novembro de 2019.

No referido Roteiro de Orientações, propunha-se que cada município organizasse uma comissão com representantes das secretarias municipais (assistência, saúde, educação, produção ou outras) e representantes da sociedade civil organizada (agricultores, pescadores, ribeirinhos, negros, povos indígenas, associações, pastorais e outras) e uma nutricionista, para divulgar os passos para a realização da Conferência Municipal. Coube a cada prefeito do município a responsabilidade de fazer um Ofício Circular e um Convite informando as entidades, associações, povos indígenas, povos tradicionais, população negra, quilombolas, a sociedade civil organizada em geral e suas respectivas secretarias de produção, educação, saúde, meio ambiente e assistência, informando o dia da realização da **Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**, em seu município, informando horário,

local, programação, divulgando e mobilizando a todos mediante a utilização de redes sociais, rádios locais, imprensas locais com o objetivo de tornar a Conferência Municipal o mais transparente e participativa possível.

Nas conferências municipais de SAN foram discutidas as cinco dimensões emanadas do *Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas 2018-2019*.

**Quadro 1- Dimensões de Segurança Alimentar e Nutricional do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas 2018-2019**

- I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos;
- II – Renda e condições de vida;
- III – Acesso à alimentação adequada e saudável;
- IV – Água: acesso e qualidade;
- V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;
- VI – Educação e qualidade da merenda escolar.

Em concordância com o Regimento Interno da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas ficou determinado que as discussões dos Grupos de Trabalho, a ser realizado nas Conferências Sub-Regionais e na Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, deveriam ser realizadas em concordância com os temas contidos na Carta Política da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas – CESAN/2015, norteados por nove (9) Eixos Temáticos da Política.

**Quadro 2. Eixos Temáticos definidos na Carta Política da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas – CESAN/2015**

- I. Garantindo o Acesso à terra e ao território;
- II. Produção, financiamento e assistência técnica e extensão rural;
- III. Preservando a água e o meio ambiente;
- IV. Acesso à mercados e feiras – Agricultura Familiar;
- V. Sociobiodiversidade e agroecologia;
- VI. Assegurando a aquicultura e a pesca;
- VII. Promovendo a educação alimentar e nutricional;
- VIII. Promovendo a educação e a saúde;
- IX. Construindo a adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

### 1.3 Carta Convite do CONSEA para a realização das Conferências Municipais

Esta carta elaborada pelo CONSEA foi encaminhada para todos os municípios do Estado do Amazonas com o objetivo de mobilizar a sociedade e as instituições para realização das conferências municipais.

#### **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Manaus 15 de agosto de 2019

Prezados senhores prefeitos do nosso querido Estado do Amazonas, senhores vereadores, secretários, professores, padres, pastores e religiosos de todas instituições, senhores representantes de movimentos sociais, pescadores, ribeirinhos, empresários e comerciantes em geral, povos indígenas, quilombolas e de matrizes africanas e todas as comunidades que lutam pelo **Direito Humano a Alimentação Adequada** bem como os que desejam lutar para combater a Fome no nosso Estado,

Estamos organizando a **VI CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO AMAZONAS**, com intuito de assegurar, monitorar, fiscalizar e contribuir com o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas - PLANESAN. Mas para que isto aconteça, é importante que todos nós nos disponibilizemos a participar desta conferência que terá como Tema: **“O ESTADO E A SOCIEDADE NO COMBATE A FOME”**.

Mediante a realização dessas conferências a nível Municipal, Sub-regional e Estadual, obteremos um perfil de nosso Amazonas quanto ao avanço da fome, da obesidade, do desemprego, da qualidade de vida, das doenças, da situação das águas, da poluição, do sistema de transportes, da produção e circulação de alimentos, da situação educacional e ambiental vivenciada em cada município. Sabemos que, somente na cidade de Manaus se encontra concentrada 52% da população do Estado. Isto representa em termos de arrecadação, 87% do PIB estadual. Todos os demais 61 municípios representam apenas 48% da população e apenas 15% do PIB estadual. É importante que todos nós aprendamos a nos debruçar nestes números e analisar que alternativas sociais e econômicas podem ser realizadas para que tenhamos um PLANESAN que vá de encontro às nossas necessidades de produzir uma alimentação mais saudável para garantir a nossa soberania alimentar.

Será mediante a realização desses estudos que iremos confrontar dados oficiais divulgados sobre o Amazonas, os quais afirmam que metade da nossa população passa fome, mesmo residindo em um estado rico em biodiversidade natural, mineral e que apresenta a maior concentração de água doce do planeta. Nesse sentido, o nosso maior desafio como cidadão que reside nas cidades e nas zonas rurais do Amazonas será o de apresentar durante as conferências, os caminhos que poderão vir a ser adotados para encaminhar as políticas públicas sustentáveis que precisam ser trabalhadas, respeitando a nossa diversidade cultural, étnica e natural vivenciada em um Estado onde os rios são as nossas estradas.

É de fundamental importância que neste momento, todas as ações do Estado e da Sociedade Civil venham a somar conosco. É importante que cada um dos municípios do Amazonas venha contribuir com as suas experiências para fazer desta VI Conferência de SAN, um marco na história do Amazonas. Todas as contribuições dos municípios vão chegar à mesa do governador e do Presidente da República bem como ao Ministério da Cidadania. Não deixe de colaborar conosco nessa luta, a participação de todos os municípios é fundamental. Tenhamos todos uma excelente Conferência!

**Rui Félix dos Santos**  
**PRESIDENTE DO CONSEA/AM**

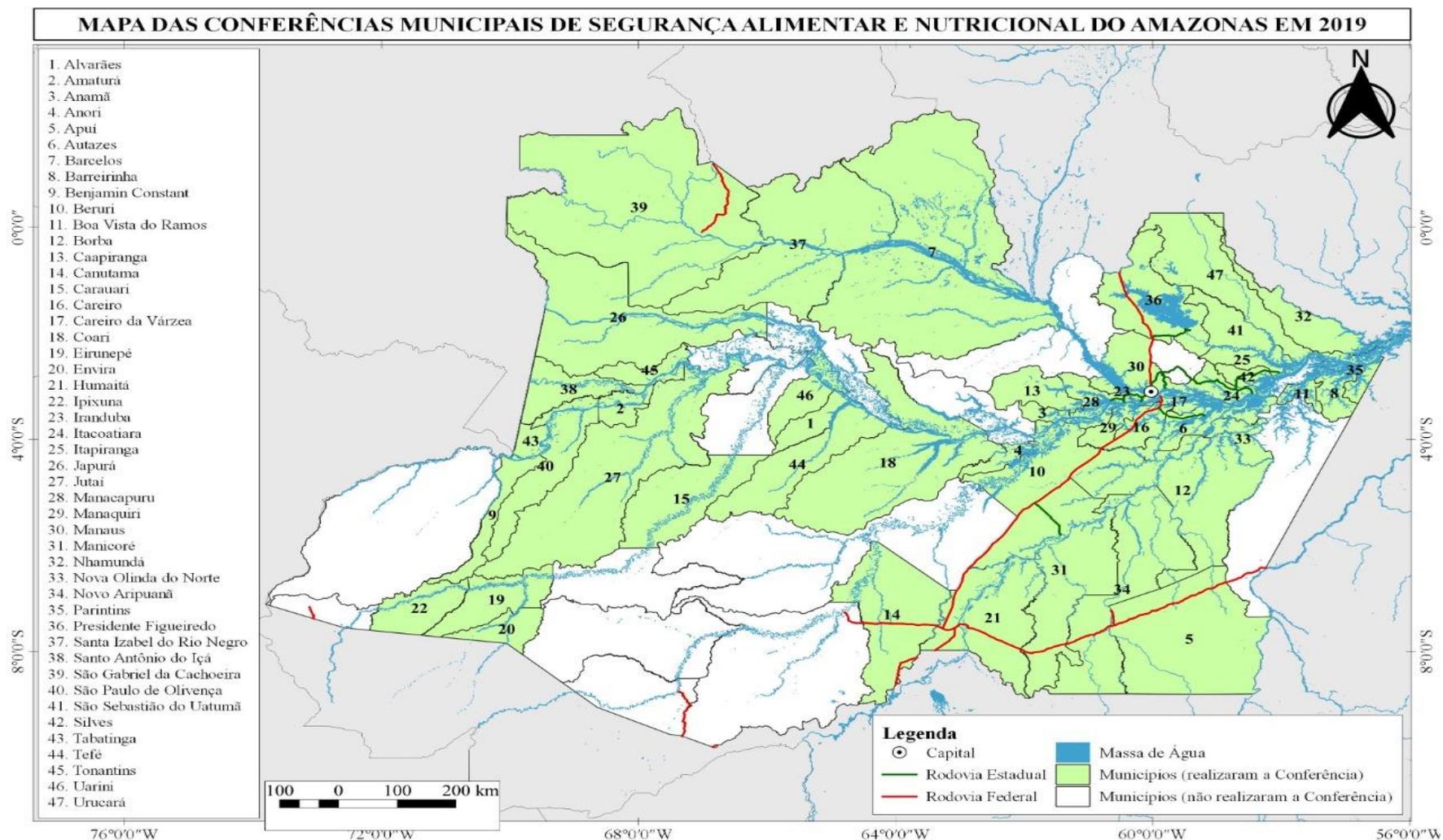
## 2. Conferências Municipais e Sub-regionais de SAN

No Amazonas dos 62 municípios, 47 municípios realizaram as suas Conferências Municipais de SAN (Tabela 1).

**Tabela 1. Municípios que realizaram conferências municipais. (ordem alfabética)**

	<b>Município</b>		<b>Município</b>
<b>1</b>	Alvarães	25	Itapiranga
<b>2</b>	Amaturá	26	Japurá
<b>3</b>	Anamã	27	Jutaí
<b>4</b>	Anori	28	Manacapuru
<b>5</b>	Apuí	29	Manaquiri
<b>6</b>	Autazes	30	Manaus
<b>7</b>	Barcelos	31	Manicoré
<b>8</b>	Barreirinha	32	Nhamundá
<b>9</b>	Benjamin Constant	33	Nova Olinda do Norte
<b>10</b>	Beruri	34	Novo Aripuanã
<b>11</b>	Boa Vista do Ramos	35	Parintins
<b>12</b>	Borba	36	Presidente Figueiredo
<b>13</b>	Caapiranga	37	Santa Izabel do Rio Negro
<b>14</b>	Canutama	38	Santo Antônio do Içá
<b>15</b>	Carauari	39	São Gabriel da Cachoeira
<b>16</b>	Careiro Castanho	40	São Paulo de Olivença
<b>17</b>	Careiro da Várzea	41	São Sebastião do Uatumã
<b>18</b>	Coari	42	Silves
<b>19</b>	Eirunepé	43	Tabatinga
<b>20</b>	Envira	44	Tefé
<b>21</b>	Humaitá	45	Tonantins
<b>22</b>	Ipixuna	46	Uarini
<b>23</b>	Iranduba	47	Urucará
<b>24</b>	Itacoatiara		

**Figura 1 - Mapa dos Municípios que realizaram as Conferências de SAN no interior do Estado**



**Fonte:** Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, 2019.

**Org:** COLARES, Isabela-2000.

Durante a realização das Conferências Municipais emanaram dimensões de SAN que se encontram apresentadas no **Anexo 4** deste documento. Ao final das Conferências Municipais, foi realizada eleição entre os participantes para escolha de um representante da Sociedade Civil e um representante do Governo Municipal, os quais passaram a representar o município nas **Conferências Sub-Regionais de SAN** (Tabela 2), realizadas no Amazonas no dia **07 de novembro de 2019**, nos seguintes polos:

**Tabela 2. Caracterização dos Polos onde foram realizadas as Conferências Sub-regionais**

<b>CONSELHEIROS(AS) RESPONSÁVEIS</b>	<b>POLOS – MUNICÍPIOS</b>
<b>MANAUS</b> Thiago Augusto Magalhães Maia Luiza Francisca Gomes de Moreira	Polo Manaus I Anori, Anamã, Autazes, Beruri, Borba, Caapiranga, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva
<b>MANAUS</b> Cinthya Martins Maria Rozelani Alves Torres Sammy Natacha Carvalho Edney Correa de Souza	Polo Manaus II Envira, Guajará, Ipixuna, Barcelos, Itamarati, Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Carauari, Pauini, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Tapauá, Eirunepé, Apuí, Alvarães
<b>PARINTINS</b> Carlos Augusto Melo Seixas Gláucio da Gama Fernandes	Polo Parintins Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã, Urucará
<b>MANICORÉ</b> Arlete Oliveira Conceição Anchieta da Silva	Polo Manicoré Apuí, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã
<b>ITACOATIARA</b> Pedro José de Farias Neto Maria do Socorro Ferreira da Silva	Polo Itacoatiara Itacoatiara, Maués, Nova Olinda do Norte, Presidente Figueiredo, Silves, Urucurituba
<b>TEFÉ</b> Francimar Santos Junior	Polo Tefé Alvarães, Fonte Boa, Japurá, Juruá, Jutai, Maraã, Tefé, Uarini
<b>TABATINGA</b> Rui Félix dos Santos Érika Bernardes	Polo Tabatinga Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Tabatinga e Tonantins

As abordagens realizadas nas Conferências Sub-regionais serviram de base para a VI - Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

### **3. VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional**

A VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, foi realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2020, no Centro de Convivência da Família Magdalena Arce Daou, com 209 participantes representando a sociedade civil e o governo.

Os participantes realizaram amplos debates orientados pelas seguintes diretrizes: I. Equidade; II. Diversidade; III. Sustentabilidade; IV. Soberania alimentar; V. Direito Humano à Alimentação Adequada; VI. Participação e controle social; VII Descentralização e VIII. Intersetorialidade.

#### **3.1. Público-alvo:**

- Conselheiros natos e suplentes do CONSEA-AM
- Delegados da sociedade civil e do governo advindos das Conferências Municipais de SAN realizadas em 2019.
- Representantes do governo do Estado (em especial membros da CAISAN- AM) e outras instituições governamentais
- Representantes de Comunidades tradicionais ribeirinhas, povos indígenas, população negra, quilombolas, comunidades de terreiro, lideranças do movimento pardo-mestiço brasileiro, caboclos e ribeirinhos;
- Convidados da Sociedade Civil e do Governo;

#### **3.2 Caracterização dos participantes:**

A participação dos delegados na VI Conferência Estadual de SAN do Amazonas nos trouxe a esperança de que é possível dialogar em um estado de dimensão continental onde as experiências de segurança alimentar tanto do poder público quanto da sociedade civil, nos dá a visão da diversidade regional que é vivenciada em todo o Estado do Amazonas. Essa diversidade cultural pode ser observada nas tabelas abaixo:

**Tabela 3. Caracterização Geral dos Participantes**

Descrição	Gênero	Quantidade	
Total geral de participantes		209	
Participantes da sociedade civil		103	
	mulheres	56	
	homens	47	
Participantes do governo		106	
	Mulheres	77	
	Homens	29	
Participantes negros		4	
	sociedade civil	Mulheres Homens	2 1
	governo	Mulheres Homens	0 1
Participantes indígenas		28	
	sociedade civil	Mulheres Homens	18 10
	governo	Mulheres Homens	0 0
Participantes de povos e comunidades tradicionais		40	
	sociedade civil	Mulheres Homens	28 12
	governo	Mulheres Homens	0 0
Participantes de outros gêneros e/ou LGBT	não registrado		
Participantes dos municípios do interior do Amazonas		82	
Participantes de Manaus		55	

**Tabela 4. Caracterização dos Participantes de Governo por setor**

SETOR	INSTITUIÇÕES	Quantidade
Saúde	SUSAM, SEMSA	15
Educação	SEMED, SEDUC e UEA	13
Desenvolvimento Social	CAISAN, GESAN, CONSEA, PRATO CIDADÃO, SEAS, SEMAS, CRAS	54
Agricultura	CONAB, EMBRAPA, SEPROR, IDAM	15
Igualdade Racial e Direitos Humanos	SEJUSC, SESC, SSP	7
Outros. Ciência E Tecnologia	ALEAM, IFAM	3

**Tabela 5. Caracterização dos Participantes da Sociedade Civil (Por ordem alfabética)**

	Instituição / Organização / Seguimento	Município	Qde
1	Arquidiocese de Manaus	Manaus	2
2	Área Missionária de São Lucas	Manaus	1
3	Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade Nova Conquista	Manaus	1
4	Associação Comercial do Amazonas - ACA	Manaus	3
5	Associação Caso do Rio - ACR	Careiro da Várzea	1
6	Associação das Donas de Casas do Estado do Amazonas - ADCEA	Manaus	2
7	Associação de Moradia Mãos de Ouro – AMAO (Santa Etelvina)	Manaus	1
8	Associação de Moradores do Bairro Armando Mendes – AMABAM	Manaus	2
9	Associação dos Caboclos Ribeirinhos da Amazônia – ACRA	Irlanduba	3
10	Associação Caminhos de Abundância na Amazônia- ACAAM - ALTO SOLIMÕES	Benjamin Constant	1
11	Associação dos Moradores da Compensa - AMC	Manaus	2
12	Associação dos Moradores de Santa Etelvina	Manaus	2
13	Associação dos Produtores Rurais de Boa Vista do Ramos – APRBVP	Boa Vista do Ramos	1
14	Associação dos Pecuáristas e Agricultores de Boa Vista do Ramos - APABVR	Boa Vista do Ramos	1
15	Associação dos Trabalhadores Informais do Amazonas – ASTIEAM	Boa Vista do Ramos	2
16	Associação Indígena Sateré Mawê - AISMA	Boa Vista do Ramos	5
17	Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Amazonas - COEGEMAS	Manaus	2
18	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB	Manaus	2
19	CONSBAS	Manaus	1
20	Conselho Estadual Indígena do Amazonas - CEIAM	Manaus	1
21	Conselho Regional de Nutricionistas - CRN7a. Região	Manaus	11
22	Cooperativa dos Produtores da Região do Lago Sampaio – COOPERASA	Manaus	1
23	Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Manacapuru - COOTAF	Manacapuru	1
24	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB	Manaus	1
25	Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus Entorno - COPIMIM	Manaus	1
26	Coordenação Indígena de Manaus Entorno - CIME	Manaus	1
27	Federação Indígena do Povo Kukami-Kukamiria “Kokama” do Brasil, Peru e Colômbia	Alto Solimões	2
28	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF	Manaus	1
30	Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura do Amazonas - FETAGRI	Manaus	1
31	Grupo de Trabalho Amazônico - GTA	Manaus	1
32	Instituto de Tecnologia para o Agronegócio e Meio Ambiente Selma Amazônica ITASA/ATAM	Manaus	1
33	Movimento Comunitário pela Cidadania - MOCOCI	Manaus	2
34	Movimento Melhor Moradia e Meio Ambiente – MM3	Manaus	1
35	Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM	Manaus	1
36	Movimento Negro – Fórum Permanente de Afrodescendentes - FOPAAM	Manaus	4
37	Nação Mestiça	Manaus	13

38	Organização Afrodescendente do Brasil - OBA	Manaus	2
39	Organização dos Povos Indígenas Kaixana de Tonantins	Tonantins	1
40	Pastoral da Criança	Manaus	5
41	Povos Indígenas	Manaus	1
42	Sindicato dos Armadores, Pescadores e Proprietários de Barcos de Pesca/AM	Manaus	1
43	Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais do Iranduba	Iranduba	1

### 3.3 Representação dos Municípios

Apesar da ausência de apoio financeiro para custear as passagens dos delegados municipais até a capital do Estado, onde se realizou a **VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas**, nos dias 29 e 30 de janeiro de 2020, houve a participação de 209 pessoas. Sendo 106 participantes representando o governo e 103 representando a sociedade civil. Contabilizou-se a presença de **35 municípios** (Tabela 6).

**Tabela 6. Municípios que tiveram pelo menos um participante durante a VI Conferência Estadual de SAN, em janeiro de 2020 (por ordem alfabética)**

	Município		Município
1	Alvarães	19	Itapiranga
2	Anori	20	Jutaí
3	Autazes	21	Manaus
4	Barcelos	22	Manacapuru
5	Barreirinha	23	Manaquiri
6	Benjamin Constant	24	Manicoré
7	Boa Vista do Ramos	25	Maués
8	Borba	26	Nhamundá
9	Caapiranga	27	Novo Aripuanã
10	Canutama	28	Parintins
11	Carauari	29	Presidente Figueiredo
12	Careiro	30	Santo Antônio do Içá
13	Careiro da Várzea	31	São Gabriel da Cachoeira
14	Coari	32	São Paulo de Olivença
15	Envira	33	São Sebastião do Uatumã
16	Fonte Boa	34	Tefé
17	Ipixuna	35	Tonantins
18	Iranduba	36	Uarini

### 3.4 Metodologia da organização da VI CESAN - AM

Durante o primeiro dia da VI CESAN-AM, após a aprovação do Regimento Interno (**Anexo 1**), foram realizados palestras e debates sobre o tema de Segurança Alimentar e Nutricional vivenciado no cotidiano dos amazonenses.

No segundo dia da VI CESAN-AM, os participantes, organizados em 3 Grupos de Trabalho (GT), discutiram as proposições advindas das Conferências Sub-regionais e que representam os anseios da população que vive no interior do estado do Amazonas.

### 3.5 Programação da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas CESAN - AM com o TEMA: O Estado e a Sociedade no Combate à Fome

#### Quadro 3. Programação da VI CESAN – AM – 1º dia - 29 de janeiro de 2020

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO TEMA: O Estado e a Sociedade no Combate à Fome
7:30h às 8:30 h	Credenciamento Hino Nacional
08:45h às 09:30h	MESA DE ABERTURA
9:30hr às 09:50	Palestra Magna: <i>A HISTÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO AMAZONAS</i> – Dep. Federal José Ricardo Wendling
10:15 h	Filme com os momentos das conferências Municipais e Sub-regionais – Organização: Adele Costa – CAISAN-AM
10:15 h às 11:10	Aprovação do Regimento Interno da VI Conferência de SAN do Amazonas
11:10 h às 12:00 h	RODA DE PALESTRAS: Tema: O ESTADO NO COMBATE À FOME Coordenador de Mesa: Conselheira Arlete Anchieta Restaurantes Populares – Kaline de Souza Lira Palestra sobre o PAA – Tanis Castro Geração de renda na agricultura familiar do Amazonas – Thiago Maia Ações sobre os Direitos Humanos no Amazonas – Francimar Jr.
INTERVALO: ALMOÇO LIVRE	
13:00h às 16:20	MESA REDONDA - A SOCIEDADE NO COMBATE À FOME – Coordenador de Mesa: Conselheira Francimar Jr. Ações sobre o Tratamento da Água em Manaus Pró-Água - Isaías Alimentação saudável e PANCS – Dra. Dionísia Ações do Mesa Brasil no Amazonas – Elinaldo Ações da Pastoral da Criança – Marcos Ações do Fórum Agrotóxico - Dra Aurely Pereira de Freitas

16:20 às 17:00	MOMENTO CULTURAL: Apresentação do Painel de Práticas Exitosas CAREIRO/IRANDUBA/MANAQUIRI/MANACAPURU. <i>Coquetel Encerramento</i>
----------------	---

#### Quadro 4. Programação da VI CESAN – AM – 2º dia - 30 de janeiro de 2020

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO TEMA: O Estado e a Sociedade no Combate à Fome
08:00 às 08:10h	ABERTURA DO SEGUNDO DIA <i>Vídeo dos Depoimentos das Ações das Instituições</i> envolvidas com atividades de SAN no Amazonas – Org: Conselheira Adele Mota
09:00h às 12:00h	RODA DE PALESTRAS: O ESTADO E A SOCIEDADE NO COMBATE À FOME - Coordenador de Mesa: Conselheiro Lindomar Palestra 1 - Avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada saudável e da soberania alimentar – Profa. Joselina de Castro Palestra 2 – Apresentação do Novo Guia Alimentar para a População Brasileira - CRN7: Mara Carvalho Palestra 3 – Fortalecimento do SISAN no Amazonas - Celiana Barbosa.
<i>INTERVALO: ALMOÇO LIVRE</i>	
13:00 as 15:00	FORMAÇÃO DE GTs TEMÁTICOS PARA DISCUSSÕES E ANÁLISES DAS DIMENSÕES Grupo de Trabalho 1. GT1 – Eixo I, II, IV e IX. I – Garantia do Acesso à terra e ao território; II - Produção, financiamento e assistência técnica e extensão rural; IV - Acesso à mercados e feiras – Agricultura Familiar; IX - Construindo a Adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) Coordenador: <i>Conselheiro Thiago Maia</i> (CONAB) Grupo de Trabalho 2. GT2 – Eixo III, V, VI e IX III - Preservando a água e o meio ambiente; V - Sociobiodiversidade e agroecologia; VI - Assegurando a aquicultura; IX - Construindo a Adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) Coordenadora: <i>Conselheira Arlete Anchieta</i> (Movimento Negro - FOPAAM). Grupo de Trabalho 3. GT3 – Eixos: VII, VIII e IX, VII – Promoção da educação alimentar e nutricional; VIII – Promoção da educação e a saúde e IX – Construção da adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Coordenadoras: <i>Conselheira Érika Bernardes e Equipe de Nutricionistas/SEAS</i> . Apresentação e votação de moções.
15:00 às 16:00h	Leitura da Carta Política do Amazonas
16:00 às 17:00 h	ENCERRAMENTO: Show Cultural - Feira de sabores e saberes.

### **3.6 História da Segurança Alimentar no Estado do Amazonas - Palestra de abertura** **Palestrante: José Ricardo Wendling** (Deputado Federal pelo Amazonas)

A palestra sobre a história da Segurança Alimentar e Nutricional foi rica em informações, destacando alguns fatos e pessoas importantes para a Segurança Alimentar no Brasil e no Amazonas. Foi destacada a atuação do sociólogo Herbert de Souza (chamado de Betinho) que organizou comitês contra a fome. Em abril de 1993, foi criado o CONSEA. No Amazonas diversas ações e debates foram organizados. A 1ª Conferências Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional ocorreu em 1994. Depois de um período sem incentivos governamentais, políticas, programas e incentivos governamentais voltaram depois de 2002. Hoje estes programas buscam prosseguir apesar de alguns retrocessos estar ocorrendo desde 2016. Busca-se em especial fortalecer as ações dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil.

### **3.7 Contribuições de instituições governamentais**

Das 10 organizações governamentais que fazem parte do CONSEA, sete (7) apresentaram os principais programas e ações relativos à Segurança Alimentar e Nutricional (Tabela 7). Além dessas contribuições, o Ministério Público do Amazonas apresentou o Projeto da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas - Catrapoa.

**Tabela 7. Palestras das Ações e Programas de Instituições Governamentais**

	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>PALESTRANTE</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>TÍTULO DA PALESTRA</b>
1	CONAB	Thiago Augusto Magalhaes Maia	Encarregado do Setor de Apoio a Logística e Gestão da Oferta	Programas da CONAB
2	SEAS	Kaliny de Souza Lira Alves	Gerente de SAN	Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional
3-1	SEPROR	Tanis Guimarães Castro	Coordenador do PAA Amazonas	PAA Amazonas – Programa de Aquisição de Alimentos Compra com Doação Simultânea – SEPROR 2020
3-2	SEPROR	Carlos Henrique Conceição	Assessor	Programa de Redução de Desperdício de produtos nas feiras de Manaus
4	SEJUSC	Francimar Santos Junior	Gerente de Promoção de Igualdade Racial	Ações sobre direitos humanos no Amazonas
5	SUSAM	Joselina Araújo de Figueiredo	Coordenadora de Alimentação e Nutrição DABE	Política Nacional de Alimentação E Nutrição
6	SEMA	Izaías Nascimento dos Santos	Geólogo	Água e sua relação com a Segurança Alimentar

7	UEA	Celiana Barbosa Pereira	Colaboradora do PRAISAN – UEA	O fortalecimento do SISAN no Amazonas
8	MPE-AM	Rose Meire Correa	CATAPROA	Ações da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas – CATAPROA

### 3.8 Contribuições das organizações não governamentais

Das 30 organizações não governamentais que fazem parte do CONSEA, quatro (4) apresentaram as ações da sociedade civil no combate à fome (**Tabela 8**). Foram também apresentadas ações do Movimento Slow Food no Amazonas e do Fórum Amazonense de Combate aos efeitos dos Agrotóxicos.

**Tabela 8. Palestras apresentadas por representantes das Organizações Não Governamentais**

	INSTITUIÇÃO	PALESTRANTE	FUNÇÃO	TÍTULO DA PALESTRA
1	Rede Maniva de Agroecologia - REMA	Marina Reia	Pesquisadora do IDESAM e membro da REMA	Ações da REMA
2	Pastoral da Criança	Marcos Ferreira da Silva	Coordenador do Núcleo Norte Multiplicador	Pastoral da Criança – A sociedade no Combate à Fome
3	SESC / Mesa Brasil	Monique Sena	Nutricionista	Programa Mesa Brasil – SESC Banco de Alimentos Ubaldino Meirelles da Silva
4	Conselho Regional de Nutricionistas - CRN7	Mara Carvalho	Nutricionista	Guia Alimentar para Crianças Brasileiras menores de 2 anos - 2019
5	Slow Food	Carlos Demeterco	Membro do Slow Food	Ações do Movimento Slow Food
6	Fórum Amazonense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos	Aurely Pereira de Freitas	Procuradora	Ações do Fórum Amazonense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

#### 4. CARTA POLÍTICA

A Carta Política do Amazonas objetiva apresentar as ações realizadas pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas – CONSEA/AM, no sentido de trabalhar a Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional. Essas ações nos impulsionam a pensar intersetorialmente o Amazonas envolvidos no contexto nacional, estadual e municipal, com olhares direcionados para a educação, saúde, produção e assistência social, a favor das minorias que constituem a diversidade dos povos que habitam a zona rural e urbana do maior estado da federação brasileira.

Esse estado com amplas dimensões, onde os rios são as nossas estradas, configura um mundo aquático com grandes paisagens naturais permeadas pela mistura de cores, formas, sabores e saberes singulares que se apresentam em modos de vida de uma parcela de povos da Amazônia Brasileira que gradativamente está aprendendo a caminhar para soltar a voz de caboclos, ribeirinhos, pessoas da nação mestiça, indígenas, negros, quilombolas, pescadores, caçadores, extrativistas, configurando o rosto de homens e as mulheres dessa imensa região.

As linhas que compõem essa Carta, foram estruturadas mediante a união e a boa vontade de agentes sociais que não mediram esforços para dar visibilidade as peculiaridades de modos de vida encontradas no Amazonas, em um momento histórico nacional de grandes desafios para a população brasileira e para a população local. É de responsabilidade do **CONSEA-AM**, articular com o governo e com a sociedade civil para a realização das Conferências Municipais, Sub-regionais e Estadual de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional). De acordo com a Lei Federal 11.346, de 15 de setembro de 2006, as Conferências devem acontecer em todos os Estados da Federação em um período de 04 em 04 anos, cabendo ao CONSEA-AM pronunciar-se nas conferências, orientando as ações prioritárias que deverão vir a promover o direcionamento para a implementação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional pensadas para o Amazonas.

A configuração de uma nova conjuntura a partir de 2019, levou o CONSEA-AM a buscar ações que favorecessem a continuidade de atividades que priorizassem o enfrentamento à fome e o reforço à implantação do SISAN. Já em janeiro de 2019, demos início às ações para a concretização do movimento que reuniu voluntariamente lideranças e representatividades da sociedade civil organizada, com a finalidade de sensibilizar o governo federal em defesa da reinstalação do CONSEA/NACIONAL, mobilizando para o “banquetes”, a exemplo de outros estados do país. O “Banquete” no Amazonas aconteceu em uma atividade pública, com montagem de uma mesa farta de “comida de

verdade”, no dia 27 de fevereiro, em frente ao Teatro Amazonas em Manaus, capital do Amazonas, com a participação de toda população manauara.

O CONSEA-AM com força renovada deu continuidade às suas ações. Focando na implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN nos municípios e na preparação da VI Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional com o tema: O Estado e a Sociedade no combate a fome”. Com esse tema, o CONSEA-AM instigou reflexões nos 62 municípios do Amazonas sobre o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), soberania alimentar e nutricional e a importância do setor primário de produção atuando no combate à fome, no acesso à alimentação adequada e saudável e no respeito à diversidade cultural.

No segundo semestre de 2019, à primeira fase preparatória para a VI CONFERENCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO AMAZONAS, se deu, dia 20 de agosto, no Museu Casa Eduardo Ribeiro, com o III Encontro Temático de Segurança, Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais e Movimento Negro, refletindo sobre as especificidades que envolvem a segurança alimentar desses seguimentos.

As temáticas que foram debatidas nas Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, oportunizaram discussões sobre a Agenda de SAN e reflexões a favor de políticas públicas que respeitem a diversidade e as singularidades encontradas no Amazonas, necessárias para o enfrentamento da fome, da inclusão produtiva e social mediante o fortalecimento do setor primário de produção.

É importante salientar que as discussões realizadas nas Conferências Municipais no interior do estado, aconteceram no período 17 de setembro de 2019 a 05 de novembro de 2019. Sendo que, dos 62 municípios do Amazonas, 46 municípios ( Alvarães, Amaturá, Anamã, Anori, Apuí, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Borba, Caapiranga, Canutama, Carauari, Careiro, Careiro da Várzea, Coari, Eirunepé, Envira, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Japurá, Jutá, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Aripuanã, Parintins, Presidente Figueiredo, Santa Izabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Silves, Tabatinga, Tefé, Tonantins, Uarini e Urucará) conseguiram realizar as suas Conferências Municipais, apresentando dados com o perfil sobre educação, saúde, assistência e produção de cada município e apresentando as informações sobre SAN para a construção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas 2020-2024.

Nas Conferências Municipais foram debatidas as seguintes dimensões emanadas do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (2018-2019), segundo o Art.4º do Regimento Interno da VI Conferência Estadual de SAN do Amazonas: I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos; II – Renda e condições de vida; III – Acesso à alimentação adequada e saudável; IV – Água: acesso e qualidade; V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; VI – Educação e qualidade da merenda escolar;

Mediante a realização das Conferências Municipais, houve a eleição dos DELEGADOS MUNICIPAIS, que foram representar os municípios nas **Conferências Sub-regionais**, realizadas no dia **07 de novembro nos Polos: Manaus I, Manaus II, Tefé, Tabatinga, Parintins, Itacoatiara e Manicoré**. Em concordância com o Art. 5º do Regimento Interno da VI Conferência Estadual de SAN do Amazonas, as Conferências Sub-regionais foram coordenadas por Conselheiros Estaduais pertencentes ao CONSEA-AM.

**Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2020**, com a realização da **VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO AMAZONAS**, nós homens e mulheres do campo, floresta e cidades, delegados e delegadas, observadores reunidos/as em Manaus, no Centro de Convivência da Família Magdalena Acer Daou, aprovamos propostas que venham a viabilizar as Políticas de SAN adequadas a realidade do Amazonas, em concordância com os seguintes eixos:

#### **Eixo: I - Garantido o Acesso à Terra e ao Território**

##### **Propostas**

- Ativar e Articular a Participação do movimento popular;
- Criar e ou implementar Políticas fundiárias;
- Retomar a regularização dos territórios dos povos indígenas;
- Melhorar a Interação entre os órgãos públicos para desburocratizar o acesso às políticas públicas e facilitar atendimento pelos órgãos públicos;
- Fortalecer o corpo técnico dos órgãos ligados ao setor primário através da convocação dos aprovados em concurso público (Governo do Estado);
- Descentralizar a regularização fundiária para os municípios (governo do estado);
- Melhorar a celeridade nos processos de regularização fundiária (INCRA);
- Realizar as atividades para regularização dos imóveis rurais;
- Estreitar os laços com o INCRA e junto os programas da TERRA LEGAL, com propostas que respeitem as singularidades vivenciadas nas áreas de várzea e terra-firme no Amazonas;
- Colocar mais postos do INCRA nos municípios do Alto Rio Negro;
- Solicitar revisão da lei de Regulamento da DAP quando se tratar de herança para desvincular o documento familiar;
- Revisar a lei de regularização fundiária visando desburocratizar sua emissão, com vistas a facilitar o acesso a este documento;
- Promover a Regularização Fundiária das Terras Devolutas;

- Desenvolver Programas para o Fortalecimento dos assentamentos rurais;
- Adequar as políticas de reforma agrária às especificidades regionais e culturais, definindo a estrutura organizacional;
- Promover a regularização fundiária para os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultor familiar, garantindo o acesso a terra.

## **Eixo: II - Produção Financiamento e Assistência Técnica e Extensão Rural**

### **Propostas**

- Disponibilizar os recursos e fortalecer as instituições;
- Incentivar a Agricultura Familiar para o pequeno e médio agricultor;
- Promover a capacitação e certificação técnica para o pequeno e médio agricultor;
- Desburocratizar o acesso às linhas de crédito;
- Incentivar a produção agroecológica (governo do estado);
- Capacitar os técnicos em agroecologia (órgãos ligados ao setor primário);
- Incentivar a produção de orgânicos;
- Orientar o uso racional de agrotóxicos (órgãos de ATER);
- Aumentar o quadro efetivo através de concursos;
- Garantir no orçamento do Estado a todos os municípios;
- Ministras cursos e oficinas partindo da realidade local;
- Capacitar/ ministrar palestras e oficinas, fóruns, sobre SAN;
- Facilitar regularização de dívidas dos inadimplentes;
- Disponibilizar juros subsidiados;
- Criar um financiamento próprio que garanta recursos financeiros ao setor;
- Garantir formação e capacitação dos recursos humanos;
- Priorizar nas ações e propostas voltadas à produção de alimentos, as comunidade tradicionais existentes nos municípios, com foco nas comunidade indígenas e respeitando a cultura e a necessidade local;
- Garantir maior fiscalização dos recursos financeiros destinados às políticas públicas de SAN (Incluir na LOA);
- Incentivar a produção rural em áreas de assentamento;
- Criar e apoiar unidades de beneficiamentos de produtos regionais.

## **Eixo: III - Preservando a Água e o Meio Ambiente**

### **Dificuldades / Problemas identificados**

- Ausência de Saneamento Básico.
- Contaminação dos rios.
- Falta de ações efetivas para descarte correto do lixo.

### **Propostas**

- Ampliar o *Projeto SaltaZ* e criar sistema de distribuição superficial da água em todos os municípios.
- Capacitação para os produtores no uso de inseticidas e pesticidas naturais.
- Criar aterros adequados nos municípios
- Implementar o sistema de saneamento básico da calha do Madeira, instrumentalizar e implantar.
- Reordenar locais de contaminação próximos a afluentes (órgãos públicos ligados à questão ambiental);

- Ampliar o Programa Salta Z, da FUNASA;
- Instalar estação de tratamento de esgotos nos municípios (prefeituras);
- Capacitar a sociedade civil em desenvolvimento de biodigestores (Embrapa);
- Políticas de conscientização sobre a importância de se combaterem as queimadas (órgãos ambientais, defesa civil e secretarias de educação e da saúde);
- Leis ambientais mais rígidas;
- Maior fiscalização dos órgãos ambientais nos ecossistemas;
- Conscientizar a população rural sobre os riscos associados com essa prática, com a realização de oficinas, palestras para o combate ao uso dos herbicidas, pois segundo dados, são despejados nos rios do Amazonas cerca de 54 toneladas de herbicidas, por produtores que realizam a agricultura familiar.
- Leis ambientais proibindo o uso do agrotóxico que compromete as águas dos rios amazônicos;
- Parcerias mais ostensivas com o ICMBIO
- Criar leis com punição coercitiva e mutatória ao desperdício de água e contaminação de rios e meio ambiente;
- Promover rede pública de saneamento ambiental, permitindo e assegurando a capitalização dos equipamentos de fornecimento de água tratada em domicílios, espaços públicos, escolas, comunitárias, creches, inclusive comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos assegurar que o abastecimento de água siga os regulamentos vigentes sobre as boas práticas para os serviços de alimentação com tratamento de resíduos sólidos e águas servidas, equipe de conscientização do uso de água consciente evitando o desperdício.
- Investimento e gestão de poços artesianos monitoramento da qualidade da água.

#### **Eixo IV – Acesso a Mercados e Feiras:**

##### **Propostas**

- Assessoramento e parceria para capacitar técnicos e captar recursos;
- Políticas públicas para captar recursos para compra do produto;
- Suporte jurídico;
- Buscar parcerias com Estado e municípios;
- Prover em lei orçamentária os recursos destinados à comercialização dos produtos;
- Recuperar os ramais (SEINFRA);
- Criar mais espaços para garantir a comercialização direta do produtor ao consumidor (prefeitura e governo federal);
- Capacitar o agricultor para que o mesmo consiga calcular o custo da produção e saber exatamente o valor que o mesmo precisa receber (órgão de ATER);
- Investir em capacitação dos agricultores familiares para que os mesmos possam acessar as políticas públicas de aquisição de alimentos (órgãos públicos ligados ao setor primário);
- Antecipar as licitações para que não ocorram atrasos na merenda escolar (prefeituras);
- Intensificar a fiscalização pelo Ministério Público e assessoria junto aos Gestores Municipais;
- Fazer mutirões para emissões de documentos para legalizar o pequeno produtor rural;
- Realizar palestras e assessorias com os técnicos do IDAM;
- Capacitar a administração financeira;
- Criação do selo de qualidade dos produtos advindos da agricultura familiar;

- Unificação dos documentos;
- Maior investimento público para o fortalecimento da agricultura familiar e do agro extrativismo, como modelo de promoção estratégico para a dinamização da economia e promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional;
- Implementar ações e programas que fortaleçam o mercado institucional e garantam estabilidade e segurança nas relações comerciais para as organizações de base familiar, incluindo os empreendimentos de economia solidária;
- Aprovação de projeto de lei que estabeleça mecanismos que facilitem a comercialização, nos moldes do PAA, dos produtos da agricultura familiar, assentados da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais para a alimentação escolar feiras livres e demais mercados institucionais;
- Incentivar para a capacitação e organização do manejo para os produtores;
- Investimento orçamentário para criação de feiras locais e itinerantes;

### **Eixo: V - Sociobiodiversidade e Agroecologia**

#### **Dificuldades / Problemas identificados**

- Insuficiência de extensão rural especializada em agricultura orgânica e agroecológica
  - Ausência de leis que garantam a comercialização com preço diferenciado, produtos oriundos de agricultores em transição agroecológico
  - Ausência de educação permanente sobre sociobiodiversidade e agroecologia no currículo da educação básica.
- 
- Evitar o uso do agrotóxico comprometendo a agricultura familiar;
  - Parcerias com associações e ONGs (IDESAM, SLOW FOOD, REMA, IP, ACAM, universidades);
  - Incentivar a plantação de hortas caseiras com apoio governamental como também preparação culinárias a base de PANCS;
  - Beneficiamento do pescado e de frutos e cascas excede auxílio de editais de órgão fomento para a implementação ou ativação de agroindústria para beneficiar o pequeno produtor;
  - Garantir a promoção da agroecologia por meio de: Incentivar e apoiar os processos de transição agroecológica, valorizando a construção de conhecimentos a partir de intercâmbios, resgate de valores culturais locais, sistematização e divulgação de experiências agroecológicas, apoiando as diversas formas de organização e formação das famílias agricultoras.
  - Implementação de um programa intensivo de redução no uso de agrotóxicos no meio rural e na agricultura urbana e periurbana;
  - Garantir mercado institucional para a aquisição da produção da agricultura familiar agroecológica;
  - Criar um programa nacional de conservação e manejo sustentável do agro biodiversidade que contemple ações de conservação das sementes, em especial as crioulas, tradicionais, das raças locais de animais, do patrimônio florestal, e pesqueiro nos diversos biomas, para assegurar a reprodução dos sistemas de produção segundo as especificidades socioculturais nos vários ecossistemas e a diversidade dos padrões alimentares e ações de apoio à comercialização e estruturação de redes de produção e comercialização justa e solidária da agro biodiversidade.
  - Garantir a efetivação de mecanismos de fiscalização para a defesa do patrimônio genético florestal e recursos pesqueiros.

## Eixo: VI - Assegurando a aquicultura e a pesca

### Dificuldades / Problemas identificados

- Operacionalização do pescado.
- Consumo de industrializados.

### Propostas

- Fomentar a operacionalização de políticas de estados que contemplem a comercialização, armazenamento, refrigeração, transporte e escoamento da produção do pescado adequados às peculiaridades dos municípios;
- Incentivar o respeito ao conhecimento da cultura alimentar amazonense;
- Garantir uma política de preço mínimo com valor regionalizado (tabelado) dos produtos alimentícios;
- Realizar mesas de produção entre produtores e atravessadores;
- Realizar mesas de produção entre produtores e atravessadores;
- Criar uma política para que o produtor do pescado seja incentivado a vender a sua produção no próprio município (prefeituras e governo estadual);
- Aquisição de transporte adequado (carro frigorífico) para facilitar o escoamento da produção no município (prefeituras e governo do estado);
- Proibição de garimpos no Amazonas e toda e qualquer ação que venha a destruir o potencial fluvial minimizando o uso dos mercúrios nas águas da Amazônia;
- Fortalecer a Conab na atividade armazenadora e estruturar um programa de armazenagem dirigido aos pequenos e médios produtores;
- Criação e revitalização de estruturas públicas de comercialização, visando a promover a compra e venda direta da produção de associações e cooperativas de base familiar e empreendimentos da economia solidária e comércio justo e solidário;
- Fortalecimento do sistema público de informações, desenvolvido pela Conab, referentes à produção e ao mercado de produtos agrícolas, aquícolas e pesqueiros, livre da interferência dos diferentes agentes mercantis e acessível a um conjunto diversificado de usuários, fortalecimento, ampliação e institucionalização dos mecanismos de controle social sobre os programas de abastecimento, com amplo estímulo à participação das organizações da sociedade civil. Ampliação e desburocratização das linhas de crédito;
- Valorização e fortalecimento da aquicultura em economia familiar e pesca artesanal sustentável assegurando os seguintes pontos: Acesso, ampliação e desburocratização do crédito Formação e assistência técnica continuada e gratuita;
- Estímulo à formação de empreendimentos comunitários, associativos e cooperativos;
- Implementar programas e ações de assistência técnica para as mulheres pescadoras artesanais e aquiculturas;
- Criar um programa de incentivo à compra de máquinas de gelo comunitárias e garantir a qualidade sanitária do gelo;
- Fomentar políticas de Estado para criação de área adequada em relação comercialização, armazenamento, refrigeração e projetos de escoamento da produção do pescado;

## **Eixo: VI - Promovendo a Educação Alimentar e Nutricional**

### **Dificuldades / Problemas identificados**

- Fiscalização e implantação de propostas que inclui o profissional de nutrição nas escolas;
- Incentivar a alimentação de qualidade, ampliar a operacionalização.

### **Propostas**

- Implantar e garantir projetos juntamente com técnicos agrícolas através de hortas escolares;
- Intensificar as palestras educativas sobre alimentação. saudável nas escolas: alunos e famílias (nutricionistas);
- Capacitar as famílias e as merendeiras das escolas sobre o combate ao desperdício de alimentos (nutricionistas);
- Incentivar a criação de hortas nas escolas e nos serviços de convivência (escolas e órgãos de ATER);
- Manter o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF);
- Promover oficinas de receitas culinárias com produtos da agricultura familiar e regionais nas escolas e comunidades tradicionais (prefeituras);
- Criar leis que contratem nutricionistas para atuar nas escolas estaduais para acompanhamento da merenda escolar;
- Realizar capacitação para merendeiras;
- Aumentar o percentual de compras da alimentação regional nos municípios;
- Fiscalizar o cumprimento da Lei da Merenda (Lei 4.352/2016) evitando a venda e o consumo de produtos industrializados nas escolas do Amazonas;
- Sensibilização da família, escola e comunidade para o consumo de alimentos saudáveis a partir do reaproveitamento dos alimentos;
- Elaborar estratégias de incentivo a agricultura familiar, urbana e rural.
- Capacitação técnica intersetorial para o fortalecimento da rede de educação alimentar e nutricional, para fomentar na população em geral hábitos alimentares saudáveis;
- Formular um programa Intersetorial de promoção da alimentação adequada e saudável que estimule o consumo, a produção e a comercialização de alimentos saudáveis de acordo com o guia alimentar para a população brasileira;
- Fomentar e avaliar as ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da incorporação de nutricionista na equipe do Programa Saúde da Família (PSF), atenção básica e demais níveis de complexidade, e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo modos de vida saudáveis, com ampliação e capacitação das equipes multiprofissionais de atenção básica à saúde;
- Programa Saúde da Família (PSF), Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) e das equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), elaborando materiais educativos que também abordam hábitos não saudáveis a exemplo do sedentarismo, tabagismo, uso de álcool e outras drogas bem como as doenças degenerativas e as dislipidemias;
- Promover a capacitação sobre boas práticas sob a ótica de segurança alimentar e nutricional para manipuladores (as) de alimentos que atuam em todas as etapas da cadeia produtiva de alimentos, por meio de parcerias entre o poder público e as organizações não governamentais;
- Destinar recursos para programas, campanhas sobre alimentação saudável e oficinas de incentivo ao aproveitamento integral dos alimentos, nas comunidades urbanas e rurais, escolas e outras instituições;

- Criar centros de educação permanente em segurança alimentar e nutricional com vistas a fomentar a discussão do tema, reconhecendo-a como importante instrumento para implementação do DHAA e acompanhamento da política nacional;
- Implementar o Conselho Municipal de Segurança alimentar;
- Fomentar Campanhas de formação de parcerias;
- Contribuir para a Legislação Municipal

## **EIXO: VIII - Promovendo a Educação e Saúde**

### **Propostas**

- Implementar a capacitação e formação permanente de populações do campo e urbanas através de educação contextualizada;
- Garantir a implantação permanente com instrumento de fiscalização e monitoramento;
- Implementar o Conselho Escolar;
- Ampliar as feiras de ciências sobre segurança alimentar nos municípios (escolas);
- Intensificar as formações do Programa Saúde na Escola (PSE);
- Criar parceria entre a Secretaria de Educação (nutricionistas) e Secretaria de Saúde (PSE) para atuar nas escolas;
- Continuar a campanha do aleitamento materno aos indígenas;
- Promover legislação de ensino para que os cursos técnicos direcionados às práticas alimentares tais como técnicos em nutrição dietética, técnico em alimentação possam ter a carga horária ampliada para mais 300h de Estágio obrigatório, dividido entre as áreas específicas;
- Promover a regionalização da alimentação das cozinhas comunitárias, restaurantes populares e cantinas de escolas com alimentação saudável advindo da agricultura familiar regional;
- Realizar oficinas de capacitação para os agentes e conselheiros de saúde em educação alimentar e nutricional;
- Criar programa Intersetorial de promoção de saúde e segurança alimentar e nutricional na escola (incluindo-se as escolas indígenas e quilombolas) com base nas diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, da Política Nacional de Promoção da Saúde e da Portaria MS/MEC n. 1010/2006, que estabelece a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, incluindo as escolas indígenas, envolvendo os três níveis de governo e sociedade civil;
- ampliar e fortalecer as Escolas Famílias Agrícolas;
- permitir uma formação geral e profissional no ensino regular das escolas rurais e urbanas, articuladas com Centros ou Redes de ciência, tecnologia e extensão agrícolas;
- fomentar o acesso aos cursos superiores para os movimentos sociais ligados à questão agrária;
- ampliar os cursos agroecologia no ensino superior e técnico;
- oferecer cursos para qualificação profissional dos pequenos produtores, considerando os saberes populares locais;
- Promover a educação para o consumo sustentável e consciente em diversos setores da sociedade, em especial nas escolas, associações comunitárias e instituições ligadas à defesa do consumidor;
- Implementar medidas para a diminuição da geração de resíduos;
- Implementar e intensificar ações de monitoramento da situação alimentar e nutricional de toda a população brasileira por meio do SISVAN nacional e indígena, de estudos e pesquisas populacionais em consonância com as ações de monitoramento previstas no SISAN;

- Estimular a capacitação dos profissionais de saúde para a atenção nutricional nos âmbitos ambulatorial e hospitalar.
- Implantar e garantir a atenção nutricional nos serviços de saúde, inclusive no subsistema de saúde indígena, garantindo referência e contra referência para a prevenção e controle das doenças associadas à alimentação e nutrição, com criação de equipes multiprofissionais;
- Buscar e garantir recursos financeiros a nível federal e estadual com projetos e parcerias;
- Implantar políticas públicas de tabela regionalizada.

**Eixo: IX - Construindo a Adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)**

**Dificuldades / Problemas identificados**

- Incompreensão do SISAN nos estados e municípios.

**Propostas**

- Orientar, informar e capacitar a sociedade civil e o governo sobre a importância da implantação do SISAN nas esferas estaduais e municipais.
- Organização documental da criação das instâncias que compõe o SISAN;
- Articular com gestores nas três esferas governamentais, importância de seguir o plano de segurança alimentar e nutricional, criando políticas voltadas a realidade de cada município;
- Criar nos Editais de fomentos, isenções e maiores benefícios para os municípios que realizarem a adesão ao SISAN.

## 5 CONCLUSÃO: CONSENSOS E DISSENSOS

A **VI Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas** configurou-se como um momento único no qual governo e sociedade civil puderam sintetizar as diferentes problemáticas que envolvem o Estado e a população amazonense como um todo, priorizando aqueles mais vulneráveis e com o acesso limitado às garantias que envolvem o direito humano à alimentação saudável e de qualidade.

Durante a realização de todas as etapas que envolveram a realização desse trabalho, buscamos garantir o direito constitucional para dar voz aos diferentes segmentos sociais do Amazonas, discutindo e articulando consensos e dissensos para não excluir os atores sociais menos favorecidos, os quais ainda se encontram pouco comprometidos na efetivação das políticas públicas de SAN.

Cabe destacar que o apoio e a participação das secretarias estaduais da SEAS, SEJUSC e SEPROR e da CONAB, foram indispensáveis para a realização do evento, assim como as diversas parcerias estabelecidas e firmadas, as quais configuraram laços de sucesso entre a sociedade civil e o Governo do Estado do Amazonas e demais municípios.

Por esse motivo, mais uma vez disponibilizamos aqui os nossos sinceros e cordiais agradecimentos aos membros da sociedade civil e das Prefeituras Municipais que não mediram esforços para apresentar junto ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, as suas experiências, vivências e desafios, as quais permeiam ao síntese dos eixos trabalhados nas Conferências Municipais e Sub-regionais, permitindo mais proximidade e respeito para com a população do Amazonas, foco principal a que se destina todo esse trabalho realizado.

Sabemos que os avanços conquistados no Estado do Amazonas ainda trilham permeados por inúmeras necessidades geográficas, sociais, culturais e econômicas que ainda estão e precisam continuar a estar sendo trabalhadas. No entanto, mais do que nunca, a elaboração desse **Relatório Final da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas**, vem nos dar a certeza que: “juntos somos mais fortes, pois será com soma das nossas vozes que pretendemos ser ouvidos e respeitados em nossas singularidades”.

## 6. REFERÊNCIAS

**AMAZONAS. LOSAN. LEI Nº 3476 de 04/02/2010.** DISPÕE sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN e dá outras providências. Disponível em [https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2010/7931/7931\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2010/7931/7931_texto_integral.pdf)

**BRASIL. DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010.** Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/legislacao/decretos/decreto-ndeg-7-272-de-25-de-agosto-de-2010.pdf/view>.

**BRASIL. LOSAN. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)

## **ANEXO 1**

### **VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO AMAZONAS**

#### **REGIMENTO INTERNO**

##### **CAPÍTULO I**

###### **DA FINALIDADE E OBJETIVOS**

Art. 1º. Este regimento tem por finalidade estabelecer regras de funcionamento para a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, convocada por Decreto Governamental nº41.376, de 11 de outubro de 2019 e aprovado pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Essa Conferência tem por objetivo reunir os atores sociais da sociedade civil organizada e representantes da administração pública municipal e estadual para promover amplo debate sobre as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, visando diagnosticar o perfil vivenciado na realidade do Estado do Amazonas, com vista a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, previsto no Art. 6º da Constituição Federal, a realizar-se no dia 29 e 30 de janeiro de 2020, no local Centro de Convivência da Família Magdalena Arce Daou.

##### **CAPÍTULO II**

###### **DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 2º. A organização da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas terá a seguinte metodologia:

- a) realização do III Encontro Temático de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos e Comunidades Tradicionais e Movimento Negro, das Conferências Municipais e Sub-Regionais como etapas para a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
- b) palestras e debates amparados nas dimensões emanadas do Plano de Segurança alimentar e Nutricional do Amazonas 2018-2019;
- c) apresentação de sínteses das contribuições das etapas preparatórias;
- d) grupos de Trabalho;
- e) plenárias;
- g) posterior participação na Conferência Nacional.

##### **CAPÍTULO III**

###### **DA PROGRAMAÇÃO**

Art. 3º. A Programação da VI Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas seguirá o formato do informativo contido no Anexo I.

##### **CAPÍTULO IV**

###### **DO TEMÁRIO E DIMENSÕES A SEREM DEBATIDAS**

Art. 4º. Nos termos do seu Regimento, o temário da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas será: O ESTADO E A SOCIEDADE

NO COMBATE À FOME será constituído pelas seguintes dimensões emanadas do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas 2018-2019:

- I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos
- II – Renda e condições de vida
- III – Acesso à alimentação adequada e saudável
- IV – Água: acesso e qualidade
- V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;
- VI – Educação e qualidade da merenda escolar

**Parágrafo Único.** Os debates da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas deverão ser orientados pelas seguintes premissas:

- I. Equidade;
- II. Diversidade;
- III. Sustentabilidade;
- IV. Soberania alimentar;
- V. Direito Humano à Alimentação Adequada;
- VI. Participação e controle social;
- VII. Descentralização;
- VIII. Intersetorialidade.

## **SEÇÃO I**

### **DOS GRUPOS DE TRABALHO**

Art. 5º - Durante a realização da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas serão constituídos Grupos de Trabalho para discussão dos temas relativos às dimensões contidas na Carta Política da 5ª Conferência Alimentar e Nutricional do Amazonas – CESAN/2015, onde estão contidas as dimensões expressas no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas 2018-2019.

- I. Garantindo o Acesso à terra e ao território;
- II. Produção, financiamento e assistência técnica e extensão rural;
- III. Preservando a água e o meio ambiente;
- IV. Acesso à mercados e feiras – Agricultura Familiar;
- V. Sociobiodiversidade e agroecologia;
- VI. Assegurando a aquicultura e a pesca;
- VII. Promovendo a educação alimentar e nutricional;
- VIII. Promovendo a educação e a saúde;
- IX. Construindo a adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional(SISAN).

Art. 6º - Os Grupos de Trabalho da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas serão compostos da seguinte forma:

- I - Por Delegados e Convidados, em número máximo de 30 (trinta) pessoas;
- II - Por um/a Coordenador/a conselheiro (as) do CONSEA, com a função de conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação, de acordo com roteiro previamente elaborado;
- III - Por um/a Relator/a, previamente selecionado pela equipe, encarregado de relatar as conclusões do grupo, participar da consolidação dos relatórios do eixo temático e colaborar com a Comissão de Relatoria quando solicitado;
- IV - Por um/a Facilitador/a e um/a Relator/a de apoio, previamente indicados/as pela Subcomissão de conteúdo e metodologia, com funções de apoio ao grupo e de colaborar com a comissão de relatoria;

Art. 7º - Os Grupos de Trabalho da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas se dedicarão à discussão do documento base, elaborado pelo Consea Estadual, fundamentado nas propostas advindas das Conferências sub-regionais, podendo vir a propor a supressão de parágrafos, a alteração de parágrafos e a inclusão de novos parágrafos.

Art. 8º - Quando não houver consenso sobre uma determinada proposição no grupo, deverão ser levadas à Plenária, em ordem de aprovação, apenas as proposições que contarem com um mínimo de 30% de apoio dos membros do grupo.

Art. 9º- As Conferência Sub-Regionais deverão ser realizadas nos seguintes polos: Manaus I, Manaus II, Itacoatiara, Parintins, Manicoré, Tefé e Tabatinga. Essas Conferências deverão ser coordenadas por Conselheiros Estaduais pertencentes ao Conselho de Segurança alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas e terão como público alvo os delegados municipais (eleitos nas Conferências Municipais), povos e comunidades tradicionais e convidados, com o intuito de debater sobre as proposições encontradas na Carta Política da 5ª Conferência Alimentar e Nutricional do Amazonas – CESAN/2015 e da Conferência 5ª+2:

- I. Garantindo o Acesso à terra e ao território;
- II. Produção, financiamento e assistência técnica e extensão rural;
- III. Preservando a água e o meio ambiente;
- IV. Acesso à mercados e feiras – Agricultura Familiar;
- V. Sociobiodiversidade e agroecologia;
- VI. Assegurando a aquicultura e a pesca;
- VII. Promovendo a educação alimentar e nutricional;
- VIII. Promovendo a educação e a saúde;
- IX. Construindo a adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional(SISAN).

## **SEÇÃO II DA PLENÁRIA**

Art. 10º - A Plenária terá como função aprovar o Regimento da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas, debatendo e votando as proposições advindas dos Grupos de Trabalho, votar e aprovar as moções que forem apresentadas. Participarão da Plenária:

- a) Os/as delegados/as, com direito a voz e voto;
- b) Os/as convidados/as com direito a voz.

Art. 11º - As sessões da Plenária da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas serão coordenadas por uma mesa constituída de membros da Comissão Organizadora ou delegados por ela indicados, com apoio do setor jurídico da SEAS.

Art. 12º - A apreciação das proposições será encaminhada na forma que se segue:

- a) Proceder-se-á a apresentação das proposições procedentes dos grupos;

- b) Após a apresentação de cada grupo, serão votados em conjunto os parágrafos nos quais não há proposta de alteração;
- c) Em seguida serão apreciados e votados os parágrafos para os quais não houve propostas de alteração;
- d) Serão apreciadas e votadas uma a uma as proposições dos grupos de trabalho que não constam no documento base;
- e) Quando houver divergência sobre uma determinada proposição, serão concedidos 02 (dois) minutos, improrrogáveis, para a defesa de cada proposta, sendo que deverá defender a proposta aquele/a que tiver apresentado o destaque.
- f) Não será permitida réplica.
- g) Serão colocadas em votação as propostas, registrando-se no relatório final, por ordem de aprovação, as propostas que forem votadas por um quórum mínimo de um terço dos delegados credenciados.

### **SEÇÃO III**

#### **DA ESCOLHA DE DELEGADOS/AS PARA A VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO AMAZONAS E DA REPRESENTAÇÃO NACIONAL**

Art. 13º - Os/as delegados/as participantes da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas serão escolhidos/as mediante os critérios propostos neste Regimento:

- a) 60 vagas para delegados natos membros do Conselho Estadual de Segurança alimentar e Nutricional do Amazonas – CONSEA/AM e representantes, atuantes na temática, indicados pelo Poder Público Estadual;
- b) 122 vagas para delegados eleitos nas Conferências Municipais, de municípios que tenham realizado conferências municipais e sub-regionais;
- c) 40 vagas para conselheiros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Manaus;
- d) 01 vaga para Delegado representante das comunidades tradicionais, ribeirinhas;
- e) 05 vagas para Delegados indígenas;
- f) 01 vaga para Delegado representante da população negra;
- g) 02 vagas para Delegados, respeitando a cota de quilombola e comunidade de terreiro.
- h) 17 vagas para autoridades e convidados;
- i) 01 vaga para movimento Pardo- Mestiço Brasileiro;
- j) 01 vaga para Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia.

**Parágrafo Único:** A composição final dos delegados deverá contemplar a proporção de dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes do poder público, totalizando no mínimo 250 participantes.

Art. 14º Os/as delegados/as oriundos das cotas que não tiverem sido já previamente indicados por seus Fóruns próprios ou quando não forem homologados/as pela Plenária da Conferência, deverão ser escolhidos durante a Conferência Estadual, em reunião com seus pares.

**Parágrafo Único:** Os delegados/as deverão ter participado de todas as atividades realizadas durante a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS E COMUNS**

Art. 15º - Será assegurado, pela Mesa Coordenadora da Plenária, o direito à manifestação, "PELA ORDEM", aos Delegados, sempre que qualquer um dos dispositivos deste regulamento não estiver sendo observado.

**Parágrafo único:** As "QUESTÕES DE ORDEM" não serão permitidas durante o regime de votação.

Art. 16º - Serão conferidos certificados de participação nas Conferências Sub-Regionais de SAN e na VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, aos membros da Comissão Organizadora, das Subcomissões e Comissão Executiva, delegados, convidados, observadores, expositores e relatores, especificando a condição da participação na Conferência.

Art. 17 º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, referendado pela plenária.

## ANEXO 2 – MOÇÃO DE APOIO

### MOÇÃO DE APOIO A NÃO RENOVAÇÃO DA MORATÓRIA DA PIRACATINGA

Nós conferencistas da VI Conferencia Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada no Centro de Convivência da Família Madalena Arce Daou nos dias 29 e 30 de janeiro do ano de 2020, reunidos nos eixos de discussão, estamos de acordo que não seja renovada a moratória da piracatinga no estado do Amazonas.

NOME	RG	ASSINATURA
Erno Bernardes Dias	1500784-7	<i>[Handwritten Signature]</i>
Raizo Barboza do Costo		<i>[Handwritten Signature]</i>
Maria Rosa Gomes Graça		<i>[Handwritten Signature]</i>
Emilija Martini	0842772-0	<i>[Handwritten Signature]</i>
SIDNEY CASTRO	2085013-1	<i>[Handwritten Signature]</i>
Leopoldo dos S. Ramos	19605277	<i>[Handwritten Signature]</i>
Luciana Maria Pimenta	900136-0	<i>[Handwritten Signature]</i>
Melânia Freitas Neto	3193392-5	<i>[Handwritten Signature]</i>
Adriane Castro de Oliveira	1688861-8	<i>[Handwritten Signature]</i>
Wilson Gonçalves Pereira	0904162-1	<i>[Handwritten Signature]</i>
Serena Sandoz da Cunha	1930560-0	<i>[Handwritten Signature]</i>
<del>Roberto dos S. da Silva</del>	569434-8	<i>[Handwritten Signature]</i>
<del>[Handwritten Name]</del>	0184.420-2	<i>[Handwritten Signature]</i>









MOÇÃO DE APOIO  
A NÃO RENOVAÇÃO DA MORATÓRIA DA PIRACATINGA

Nós conferencistas da VI Conferencia Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada no Centro de Convivência da Família Madalena Arce Daou nos dias 29 e 30 de janeiro do ano de 2020, reunidos nos eixos de discussão, estamos de acordo que não seja renovada a moratória da piracatinga no estado do Amazonas.

NOME	RG	ASSINATURA
Gláucio da Gama Fernandes	1215896-8	
Renato Misonin Haque	1910283-8	
Kaell Uguen	V257315-I	
Lyden Brito Passim	1179114-4	
Marfoly Farias	0625.203-6	
Priscila Conceição de Lima	31911140	
Seriz M. de Silva	2241619626	
Fernanda Rodrigues Lima	1193867-6	
Marta Vieira Lima	1288130-9	
Leuzinha Teixeira de Souza	12885061	
Aquiles P. Ramos dos Santos	0959311-4	
Luiza Regina Tomares		
Thelma Lideliz Costa	7569378	
Francisca M. de Faria Lima	1049049-3	
Victor Emmanuel Torres Delima	2762217-7	Victor Torres
Simmy Natasha Costa Carvalho	2153222-6	Simmy Carvalho
Claudia Regina C. Souza	11915226	





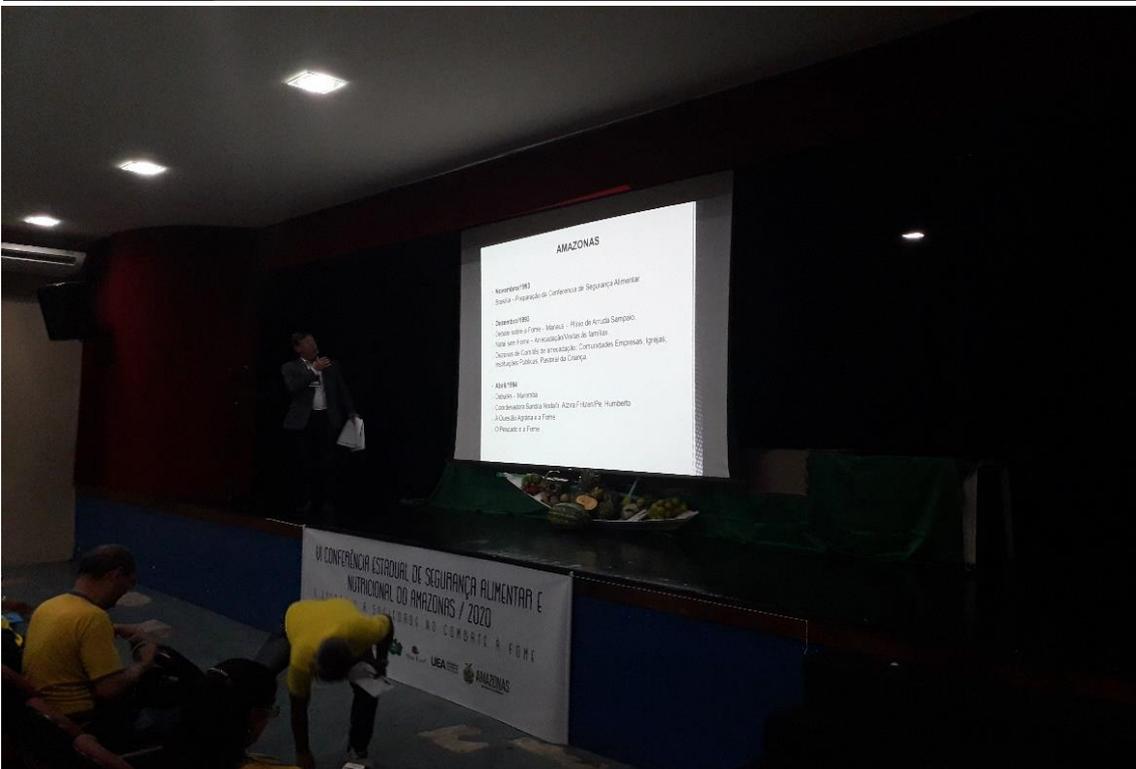


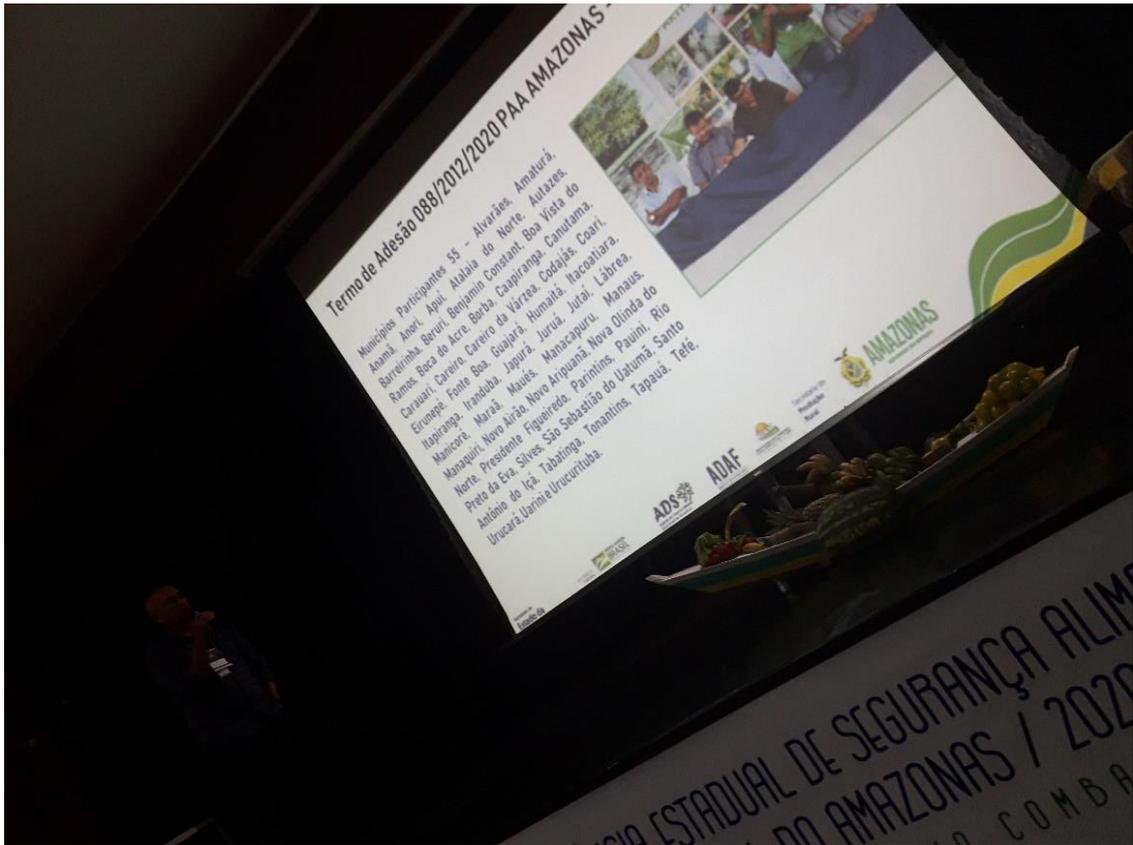


## ANEXO 3 – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA VI CONFERÊNCIA DE SAN DO AMAZONAS







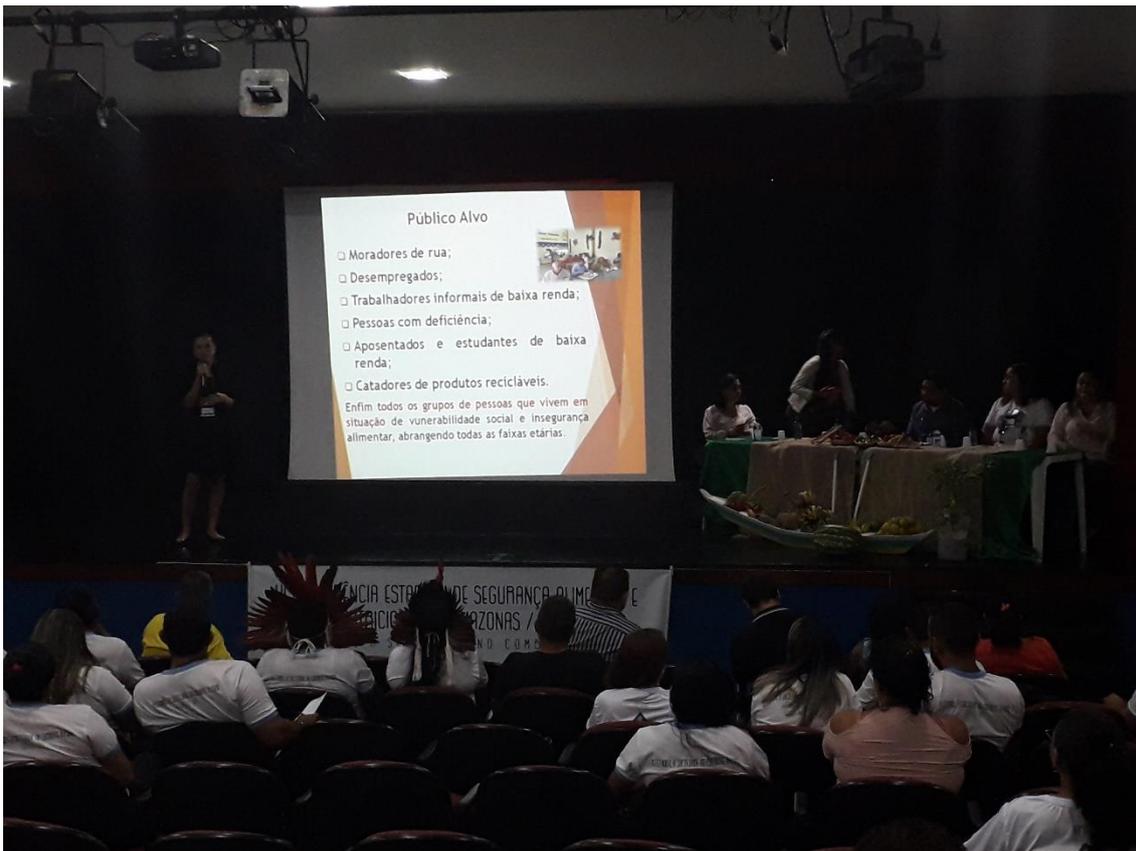


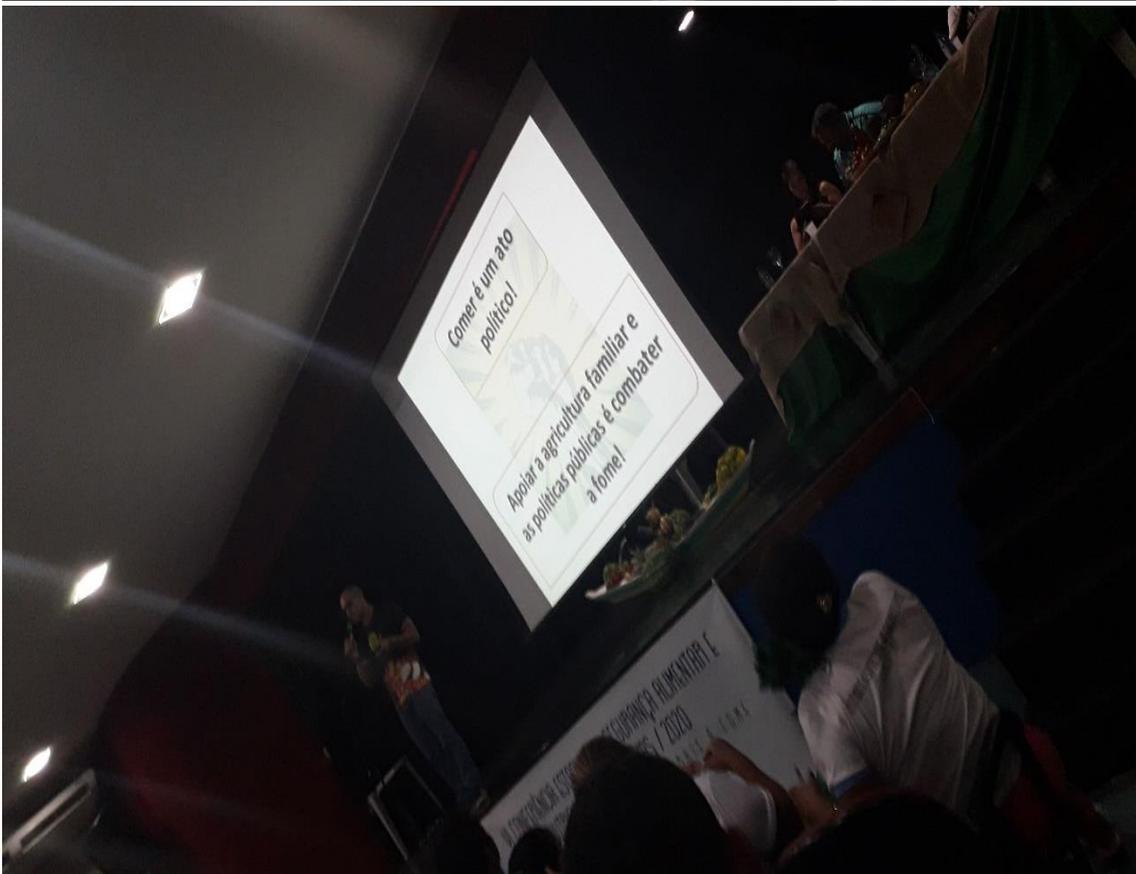
















## ANEXO 4 – SÍNTESES DAS DIMENSÕES DE SAN DOS MUNICÍPIOS

### DIMENSÕES DE SAN EMANADAS DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS/2019

MUNICÍPIO	I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos	II – Renda e condições de vida	III – Acesso à alimentação adequada e saudável	IV – Água: acesso e qualidade	V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados	VI – Educação e qualidade da merenda escolar
<b>ALVARÃES</b>	Ampliar a equipe técnica de extensão rural para orientar e planejar a produção das famílias. Efetivação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Incentivar Políticas Públicas aos agricultores familiar como fortalecimento de Programas com PREME, PNAI e PAA. Qualificação dos profissionais da educação e outras áreas que trabalhem com a produção de alimentos nas repartições públicas. Fortalecer Financiamento para os produtores	Trabalhar a formação técnica profissionalizante Garantir alimentação de qualidade à população vulnerável para tornar mais justa a distribuição de renda em nosso território. Promover palestras de educação nutricional para orientar e sensibilizar as famílias sobre a importância da Alimentação saudável.	Criação de Oficinas para o aproveitamento e higiene dos alimentos (feirantes e produtores rurais) Criação de Cartilhas com orientação de várias temáticas (manipulação, seleção, produção e higienização de alimentos). Criação do Centro de Aproveitamento de Resíduos Orgânicos. Criação do Banco de Sementes e mudas. Recuperação dos ramais como forma de garantir a produção e o escoamento dos produtos.	Garantir Financiamento Público Federal para manutenção dos poços artesianos nas comunidades rurais. Garantir tratamento de água na zona rural, por meio de filtros e na zona urbana por meio de duas cisternas, como forma de promover o consumo de água de qualidade e diminuir as ocorrências de doenças relacionadas. Implementar o Programa Municipal de conscientização	Criação de grupos com famílias, onde possa ser fortalecida a questão da alimentação saudável e assim capacitar o cidadão nas escolhas dos alimentos. Promover hortas familiares como de combater a fome e a obesidade.	Garantir a capacitação dos profissionais responsáveis pela alimentação escolar, de forma a alertar não só pelo modo de preparo, visando a higiene e a conservação dos alimentos orgânicos para o preparo de outras refeições; Contratar ou capacitar um profissional responsável somente pela horta na escola de modo a produzir legumes e verduras variadas; Sensibilizar alunos e familiares sobre a necessidade de alimentos nutricionais e não industrializados na

	melhorarem seus estabelecimentos de produção. Ampliar os transportes dos agricultores e produtos para a cidade. Estruturação da Feira da Agricultura familiar em Alvarães climatizada.			quanto ao desperdício de água. Implantar projetos de saneamento básico nas zonas urbanas e rural.		alimentação escolar, para que haja redução no desperdício da alimentação escolar.
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>AMATURÁ</b>	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou
<b>ANAMÃ</b>	Realizar cadastros para ampliar e otimizar a identificação dos produtores rurais junto aos órgãos competentes. Contratar equipe técnica ou profissional na área para orientação e planejamento junto às famílias quanto ao cultivo, comercialização e escoamento da	Ofertar cursos de geração de renda sensibilizando as famílias que estão em situação de extrema pobreza, para a necessidade de sua emancipação socioeconômica, através de rodas de conversa. Conscientizar as famílias sobre a importância da alimentação	Promover a organização da feira para que o agricultor e pescador da sede e zona rural tragam seus produtos para a comercialização. Divulgar à população os dias de funcionamento da feira e incentivar a compra de produtos regionalizados. Incentivar em todos os setores e organizações o	Implantar uma estação de tratamento da água na zona urbana e rural do município. Promover tecnologias sociais de utilização e purificação da água da chuva e dos rios nas comunidades ribeirinhas. Manter e ampliar os postos do projeto <b>SALTA Z</b> . Executar o projeto	Contratar profissional na área de nutrição para o setor da saúde. Motivar as famílias da zona urbana e rural para o cultivo de hortas domésticas. Criar equipe multidisciplinar para conscientizar e incentivar as pessoas sobre a importância do cultivo de hortas domésticas na nutrição e segurança alimentar.	Promover a vigilância nutricional e alimentar eficaz nas comunidades ribeirinhas. Trabalhar os temas transversais da educação alimentar e nutricional nas escolas e comunidades. Executar o programa de merenda escolar regionalizada.

	<p>produção. Divulgar pelo IDAM, nos meios de comunicação e mídia, os serviços, benefícios e direitos dos produtores rurais. Criar o selo de inspeção municipal. Envolver a secretaria de produção rural, IDAM, CRAS, volante, professores da zona rural, agentes de saúde e sindicatos rurais na divulgação dos serviços e benefícios dos produtores rurais através de panfletos informativos.</p>	<p>saudável, através dos diversos veículos de comunicação e mídias sociais.</p>	<p>programa quintal produtivo, de hortas domésticas.</p>	<p>de água potável de Anamã.</p>		
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>ANORI</b>	<p>Criar uma equipe conscientizando a prática para o plantio de alimentos saudáveis para o seu próprio consumo. Oferecer curso profissionalizante para a produção familiar com</p>	<p>Não apresentou</p>	<p>Não apresentou</p>	<p>Não apresentou</p>	<p>Ampliação da oferta de capacitação no curso de obesos a nível médio (técnicas de nutrição) ao município de Anori. Financiamento por</p>	<p>Inserir no currículo escolar, aulas práticas de culinárias no incentivo de produtos regionais e hábitos saudáveis. Estruturar cozinhas das escolas dentro dos padrões</p>

	<p>técnicas adequadas. Criar uma comissão para apoiar e orientar a produção de alimentos saudáveis para uma possível geração de renda e oferecer esta informação através de folhetos e cartilhas e etc. Inserir para as crianças a prática de plantio dos legumes, verduras e frutas viabilizando a importância da adubação da terra e da importância do consumo de alimentação orgânica saudável. Criar um incentivo de formação para os filhos dos agricultores familiares e a garantia dos gêneros produzidos com o aumento da renda e provavelmente o auxílio da diminuição do êxodo rural.</p>				<p>parte do estado, governo federal para implantação de grupo e/ou agricultura familiar para fomento de produtos, frutas, e verduras, a população. Sendo acompanhadas pelas equipes de saúde da família. Capacitação em loco para vendedores ambulantes feirantes, lanchonetes sobre a manipulação dos produtos comercializados. Unificar dados nos sistemas de informações sobre hábitos alimentares da população (SISVAN, ESUS, BOLSA FAMILIA) Aumentar financiamento do governo federal para ampliação de contratação de profissionais nutricionista,</p>	<p>exigidos. Contratar para cada escola, profissionais da área de nutrição para o melhor acompanhamento Criar projetos que envolva os pais de alunos para serem capacitados no cultivo de hortas em suas residências com o compromisso em ajudar a melhorar a nota do seu filho Visitas mensais dos setores da Educação, Assistência Social, Saúde para um melhor acompanhamento do aluno que se encontra em situação de extrema pobreza.</p>
--	---	--	--	--	--	---

					tecnólogos em alimentos etc.	
<p><b>Moção apresentada pelo Município de Anori: Implantar a Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em Anori com o objetivo de avançar na implantação desta importante política pública para sensibilizar, envolver, comprometer e responsabilizar todas as Secretarias Municipais na promoção e efetivação do direito humano à alimentação.</b></p>						
<p><b>MOÇÕES:</b> Reativação das feiras de bairro fortalecendo a efetivação dos programas existentes nos municípios voltados a segurança alimentar e nutricional; Solicitar ao governo do estado a implantação de unidades demonstrativas no município; Incentivo para o empoderamento do produtor rural; Aquisição de câmeras frigoríficas para armazenar o pescado e as polpas de frutas no período de escassez; Hortas e roças comunitárias nos bairros mais vulneráveis e zonas rurais com apoio técnico do IDAM e SEMPA e Implantação de restaurante comunitário para famílias cadastradas no SISVAM para geração de renda do produtor e valorização nutricional da alimentação.</p>						
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>APUÍ</b>	Garantir equipe técnica de extensão rural para orientar os produtores incentivando o SPG.  Incentivar através de investimento de equipamentos e insumos para que haja continuidade a produção e combate à desnutrição alimentar.	Promover ações sobre educação nutricional para orientar as famílias.  Instalação do Conselho Nutricional de segurança alimentar e nutricional.	Fortalecer o PSE participação da unidade familiar.  Promoção de cursos de reaproveitamento e beneficiamentos de alimentos.	Levantar informações sobre o programa a Vigiaágua no município de Apuí – sobre a análise da qualidade da água.  Ampliar a capacidade de fornecimento de água potável para população de Apuí	Retomar discussão da unidade de apoio de distribuição de alimentos de agricultor familiar.	Incentivar agricultores a se organizar documentalmente para acesso as políticas públicas compras governamentais.
<b>AUTAZES</b>	Necessidade de uma Agroindústria para beneficiamento e processamento de frutas.	Criar no Município uma base para receber alimentos não serve para vendas,	Regularização fundiária. Fomentar o setor com: <input type="checkbox"/> Distribuição de sementes, mudas,	Monitoramento da quantidade de água nos poços. Ampliação do fornecimento de	Grupo de Educação permanente intersectorial para a conscientização de alimentos	Capacitação para as merendeiras para o reaproveitamento dos alimentos. Proposta 2 Parceria

	<p>Garantia da compra da Agricultura Familiar. Desburocratização do acesso as políticas públicas. Apoio as organizações informais. Necessidade de um caminhão baú de grande porte para o escoamento da produção local até os grandes centros consumidores (Capital do Estado)</p>	<p>mas que sirva para consumo, para serem selecionado e armazenado para doação as famílias carentes. Criar um canal de comunicação dinâmico, que possibilite entregar os produtos que sobram nas feiras e produtos da agricultura familiar a entidades necessitadas.</p>	<p>adubos e etc... Aplicação de metodologia de campo em parceria com: SEPROR, IDAM, ADS, INCRA, CONAB, EMBRAPA e INPA. Desburocratizar o acesso aos programas de comercialização. Criação de programas municipais de incentivo a comercialização e garantia da compra. Criação de programas de incentivo a produção de orgânicos: IDAM, SEPROR, PMA, ADS, EMBRAPA e INPA. Criação de políticas públicas municipais voltadas ao setor primário. Evitar uso desordenado de agrotóxicos.</p>	<p>água encanada aos locais que não tem acesso. Instalações de uma estação de tratamento de esgoto (ETE) a fim de minimizar a contaminação dos recursos hídricos locais. Reordenamento de locais de contaminação próximas aos afluentes. Coleta de água da chuva nos períodos de cheia e construção de externas para armazenamento. Redução e controle do uso de agrotóxicos. Subsidiar poços artesanais\ cisternas para a produção de alimentos.</p>	<p>manipulados. Intensificar as ações da vigilância em saúde desde a origem dos alimentos até o comerciante. Realizar o levantamento antropométrico no PSE e SISVAN, incentivando atividades com os pais na conscientização quanto aos cuidados com a saúde na manipulação de alimentos. Implantar nas escolas o curso para qualificação de jovem para a produção e consumo de alimentos regionais</p>	<p>entre as escolas e produtores da agricultura familiar na composição e manutenção e hortas para as escolas da zona rural. Proposta 3 Aumento do quadro de nutricionista – 01 por polo. Proposta 4 Inserir os profissionais de nutrição através de criação de lei. Proposta 5 Criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional no município.</p>
--	---	--	---	---	--	---

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>BARCELOS</b>	<p>Transporte, logística, infraestrutura fluvial e terrestre - acessibilidade, eletrificação, poços artesianos, irrigação capacitação, acompanhamento, regularização. Comercialização - preço justo, posto de referencias, mudar as formas de pagamento da prefeitura, insumos para preparar a terra e plantio. Produção – insumos para preparar a terra e plantio. Unidade demonstrativa – adiciona recurso para implantar. Possui mão de obra qualificada, mas não possui recursos. Desperdício de alimentos – na agricultura não é observado o pescado precisa de</p>	<p>Cadastrar as famílias de baixa renda, capacitação com parcerias com SEPROR, CETAM, SEBRAE e IDAM – Capacitar os usuários do programa para geração de renda, manejo e recurso.</p>	<p>Horta comunitária nos bairros mais vulneráveis e rurais - geração de renda e irradicação da fome. Restaurante comunitário (prato cidadão) – geração de renda e irradicação da fome</p>		<p>Como garantir a alimentação de qualidade para a população em geral? Direito humano para todos, alimentação saudável sem distinção, para todos garantindo uma boa qualidade de vida.</p>	<p>Merenda escolar regionalizada precisa ter demanda para ser implantada no município. Proposição: excluída. palestras nas escolas, nas associações, abordagem do assunto em sala de aula.</p>

	armazenamento adequado.					
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>BARREIRINHA</b>	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou
<b>BENJAMIN CONSTANT</b>	Garantir e assegurar equipe técnica rural e urbana para orientar e divulgar a produção das famílias na agricultura familiar; Ampliar e qualificar equipe técnica dando-lhe assistência para melhorar a atuação dos profissionais locais; Priorizar a emissão do CAR, DAP e Carteira de Produtor Rural entre os documentos pessoais RG e CPF. Oportunizar em pontos estratégicos, feiras da agricultura familiar (fixa); Organizar tabela única de preços para os produtos oriundos da agricultura familiar, vendidos nas feiras; Orientar os pequenos	Incentivar a criação de associações e cooperativas para a geração de renda através do extrativismo animal e vegetal no Setor Primário. Promover palestras de educação nutricional em paralelo a intensificação da qualificação profissional dos produtores rurais, utilizando a mão-de-obra de profissionais existentes no Município.	Incentivar e criar linhas créditos para o aumento da produção de alimentos oriundos da Agricultura Familiar, com base na agroecologia; Levar o esclarecimento dos direitos ao acesso a alimentação adequada e saudável, através dos meios de comunicação e rodas de conversas nos órgãos públicos; Criar Cooperativas de Produtores, com assistência de técnicos especializados. Oportunizar em pontos estratégicos, feiras da agricultura familiar (fixa); Organizar tabela	Sensibilizar a população quanto ao desperdício de água; Orientar sobre a importância da notificação junto a COSAMA, quanto ao desperdício de água. Mobilizar os agentes comunitários de saúde, quanto a participação nas capacitações; Realizar levantamento das áreas que não possuem água encanada. Feito por responsáveis pela COSAMA em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria	Ativar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional; Analisar e monitorar as informações para direcionar as ações de prevenção e promoção à saúde; Capacitar os profissionais de saúde (EMS) quanto ao Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Contratar profissionais nutricionistas para realizar assistência nutricional e dietoterápica nas Unidades Básicas de Saúde. Atender inicialmente um grupo prioritário de crianças menores	Realizar o processo de licitação de gêneros alimentícios a partir dos itens indicados nos cardápios elaborados pelo responsável técnico, levando em conta as especificidades de cada instituição escolar, a partir de aplicação de testes de aceitabilidade por parte dos alunos. Reconhecer o papel educativo das políticas de assistência social por meio dos grupos de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, serviços de proteção e

	<p>agricultores que, eles precisam investir na sua independência financeira;  Recuperar e manter as estradas e vicinais, para garantir o escoamento da produção dos pequenos produtores.  Valorizar a Agricultura Familiar, nos comércios locais;  Garantir lotes terras firmes adequadas e financiamentos aos pequenos produtores, com linha créditos para compra de insumos e subsidiar sua produção;</p>		<p>única de preços para os produtos oriundos da agricultura familiar, vendidos nas feiras; Orientar os pequenos agricultores que, eles precisam investir na sua independência financeira;  Recuperar e manter as estradas e vicinais, para garantir o escoamento da produção dos pequenos produtores.  Valorizar a Agricultura Familiar, nos comércios locais;  Garantir lotes terras firmes adequadas e financiamentos aos pequenos produtores, com linha créditos para compra de insumos e subsidiar sua produção.</p>	<p>Municipal de Saúde e Funasa.  Implantar caixas d'água comunitárias.</p>	<p>de 5 anos, gestantes, idosos, acamados e domiciliados, pacientes do Programa de hiperdia.</p>	<p>atendimento integral à família e indivíduos, dispor de orientação técnica de um nutricionista para elaboração dos cardápios oferecidos no âmbito da Assistência Social levando em conta as faixas etárias e configurações de cada grupo.  Implementar hortas escolares como ferramentas educativas, com objetivo de envolver os alunos e demais membros da comunidade escolar em atividades educativas, além de servirem de fonte direta de verduras para serem utilizadas na alimentação escolar;</p>
--	---	--	--	--	--	---

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>BERURI</b>	<p>Garantir equipe técnica de extensão rural para garantir e planejar a produção das famílias;  Avançar no atendimento para emissão de CAR, DAP e Carteira do Produtor dentre outros documentos;  Fornecer maquinário para destocamento de áreas para plantio ecológico;  Articular e fortalecer as modalidades de aquisição de alimentos, compras institucionais e aquisição privada;  Ampliar o transporte de agricultores e de produtores para feira de agricultura familiar com ônibus adaptado;  Efetivação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional pelo departamento de organização</p>	<p>Trabalhar no incentivo de formação técnica dos filhos de agricultores em parceria com o IDAM;  Promover palestras e cursos de formação nutricional para orientar e sensibilizar as famílias sobre a importância da alimentação saudável;  Incentivar, encaminhar e acompanhar as famílias referenciadas para o projeto de agricultura familiar;</p>	<p>Atendimento ao produtor rural na Feira de Agricultura Familiar;  Promover a qualificação dos técnicos de Assistência e Extensão Rural;  Elaboração do Plano Municipal Rural de Desenvolvimento Rural Sustentável, garantido em lei para o Orçamento de Produção Rural;  Microcrédito para agricultores orgânicos e agroecológicos a nível municipal e estadual;  Recuperação de estradas e ramais para garantir escoamento da produção;  Criação do Centro de Aproveitamento de Resíduos Orgânicos;  Criação de Banco de</p>	<p>Garantir tratamento de água na zona rural através do Projeto Salta Z como forma de promover consumo de água de qualidade e diminuir as ocorrências de doenças relacionadas;  Garantir financiamento público para criação de sistemas de irrigação para produtores de hortaliças e demais culturas;  Implementar um programa municipal de conscientização contra o desperdício e uso da água;  Implantar projetos de saneamento básico em zona</p>	<p>Capacitar profissionais da área de saúde como forma de promover alimentação saudável tendo um capacitador profissional da área de nutrição.</p>	<p>Não apresentou</p>

	comunitária; Estruturação da Feira de Agricultura Familiar de Beruri com climatização;		Sementes e Mudanças; Aquisição e manutenção de meio de transporte para o escoamento da produção dos produtores rurais;	urbana e rural;		
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>BOA VISTA DO RAMOS</b>	Adquirir transporte adequado para atender os produtores das estradas, ramais, viciniais e comunidades com acesso vicinal. Manter a comercialização e a compra de produtos regionais para a merenda escolar;	Adequar o espaço físico e construir postos de assistência técnica na zona rural; Técnicas agrícolas e nutricionais para cada distrito; Capacitação de produtores por Distrito: Distrito do Rio Urubu: pescado e mel; Distrito do Lago Preto: extrativismo de óleo vegetal; Fortalecer as cadeias produtoras de turismo para	Convênio com SEAS e CONAB (financiamento estadual e federal) para conseguir o financiamento de produtos da agricultura familiar; Acesso e participação nos programas socioassistenciais com a ADS; Distribuição de mudas para o desenvolvimento da agricultura familiar; Acompanhamento técnico com orientação ao pequeno produtor rural; Criar legislação para	Não apresentou	Capacitação de merendeiras e agentes de saúde pelo município e pelo estado para garantir acesso às técnicas de segurança alimentar.	Promover qualidade de vida e nutricional com a criação de projetos que estimulem a criação de hortas escolares e o acesso a alimentos saudáveis dentro da escola; Garantir a inscrição de agricultores que residem próximos as escolas rurais para resolver a problemática da logística e garantir o uso de produtos advindos da agricultura familiar no preparo da merenda escolar; Adequar os meios

		pesca do tucunaré;	aquisição de produtos da agricultura familiar;			de transporte que conduzem a merenda escolar e garantir o seu armazenamento; Aumentar o percentual de produtos advindos da agricultura familiar na merenda escolar, melhorando a qualidade nutricional desse alimento;
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>BORBA</b>	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou
<b>CANUTAMA</b>	Falta enviar Relatório	Falta enviar Relatório	Falta enviar Relatório	Falta enviar Relatório	Falta enviar Relatório	Falta enviar Relatório
<b>CARAUARI</b>	Fomentar a agricultura familiar para as mulheres; Interligar os órgãos para apoiar os produtores na organização da documentação; Regularização fundiária;	Curso para que os agricultores possam aprender a gerir os recursos da sua produção; Busca de incentivos junto às instituições financeiras;	Criação do controle de inspeção de qualidade dos alimentos produzidos e distribuídos nas feiras da cidade; Realizar atividades educativas utilizando materiais educativos;	Recuperação das nascentes e igarapés: campanhas educativas em propriedades rurais e urbanas; Expansão do projeto SANEAR em outras localidades;	Acesso à informação, principalmente para as crianças, para que haja uma nova nação; Qualidade de vida em casa, temos que ter noção do que comemos; Capacitação para o aproveitamento total	Orientar os pais para que permitam seus filhos lancharem na escola alimentos saudáveis; Realizar o reaproveitamento dos alimentos na merenda escolar; Conscientizar os pais

	<p>Criação de uma feira permanente; Incentivos fiscais municipais; Estabelecer uma festa cultural anual tematizada pela produção do município.</p>		<p>folders, cartazes, radiofonias, mídias sociais e profissionais técnicos para instruir produtores rurais e urbanos.</p>	<p>Realizar semestralmente atividades educativas de conscientização sobre o consumo e a qualidade da água (mobilização e campanha); Uso da água de cacimba, igarapés, poço artesiano, água da chuva na agricultura: sistemas de captação, irrigação e filtragem da água para o uso no tratamento dos alimentos; Expansão da rede de esgoto e tratamento de afluentes.</p>	<p>dos alimentos, para evitar descartes desnecessários; Aderir o exercício físico e ao consumo de uma alimentação adequada; Fornecer alimentação saudável e acessível a todos; Promover ações com apoio e incentivo para permanência dos hábitos saudáveis; Mobilização das pessoas com uma maior amplitude; Ações de conscientização nos bairros; Academia ao ar livre nos bairros.</p>	<p>quanto ao que é servido na escola; Incluir no curriculum escolar e nos planos de aula uma interação dos alunos com os alimentos.</p>
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>CAREIRO</b>	<p>Garantir equipe técnica de extensão rural para orientar e planejar a produção das famílias; Garantir atendimento para produção</p>	<p>Trabalhar no incentivo de formação técnica dos filhos de agricultores em parceria com o IDAM;</p>	<p>Criação de atendimento ao produtor rural na Feira de Agricultura Familiar; Promover a qualificação dos</p>	<p>Garantir tratamento de água na zona rural, por meio de filtros e na zona urbana, por meio de duas cisternas, como</p>	<p>Melhorar a capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde, como forma de promover alimentação</p>	<p>Garantir inscrição de agricultores que residem nas proximidades das escolas distantes como fornecedores do PNAE, de forma</p>

	<p>agroecológica e para produção de polpas, mel de cana, defumados, desidratados e processo em geral; Avançar no atendimento para emissão de CAR, DAP e Carteira do Produtor, entre outros documentos; Fornecer maquinários para destocamento de áreas para plantio ecológico; Articular e fortalecer as modalidades de aquisição de alimentos, compras institucionais e aquisição privada; Ampliar o transporte de agricultores e produtos para Feira da Agricultura familiar, com ônibus adaptado; Efetivação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Departamento de Organização</p>	<p>Promover palestras e cursos de formação nutricional para orientar e sensibilizar as famílias sobre a importância da alimentação saudável; Garantir financiamento público aos benefícios eventuais de alimentação, priorizando a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar;</p>	<p>técnicos de Assistência e Extensão Rural; Criação de grupo de WhatsApp para orientação técnica dos produtores como forma de garantir orientação aos agricultores que produzam nas comunidades mais distantes; Elaboração do Plano Municipal Rural de Desenvolvimento Rural Sustentável, garantido em lei para o Orçamento de Produção Rural; Microcrédito para agricultores orgânicos e agroecológicos a nível municipal e estadual; Recuperação de estradas e ramais para garantir escoamento da produção e escoamento; Criação do Centro de Aproveitamento de Resíduos</p>	<p>forma de promover consumo de água de qualidade e diminuir as ocorrências de doenças relacionadas; Garantir financiamento público para criação de sistemas de irrigação para produtores de hortaliças e demais culturas; Implementar um programa municipal de conscientização contra o desperdício e uso da água; Implantar projetos de saneamento básico em zona urbana e rural;</p>	<p>saudável. Promover a criação de hortas familiares como forma de promover a fome e a obesidade;</p>	<p>a diminuir a problemática da logística e garantir alimentos saudáveis para comunidade escolar; Aumentar o percentual de produtos orgânicos e agroecológicos a serem adquiridos para a merenda escolar; Criação de grupos e aquisição de materiais necessários para a produção de alimentos orgânicos e saudáveis dentro das escolas, sob responsabilidade da prefeitura; Garantir o serviço de Inspeção municipal, para possibilitar a aquisição de alimentos processados e de origem animal nas compras institucionais, e a</p>
--	---	---	---	---	---	---

	Comunitária; Estruturação da feira de Agricultura Familiar do Careiro, incluindo climatização.		Orgânicos; Criação de Banco de Sementes e Mudanças;			classificação dos produtos da agricultura e do extrativismo.
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>CAREIRO DA VÁRZEA</b>	Regularizar as questões jurídicas e documentais de associações e cooperativas para que as mesmas possam ter acesso e participação nas políticas públicas Incentivar a produção de alimentos orgânicos Facilitar o financiamento para compra de sementes e materiais agrícolas;	Criar departamentos para atender ao pequeno produtor quanto à questão burocrática e acesso a financiamentos Criar o selo de produtos orgânicos	Criar políticas públicas municipais reguladoras dos alimentos a serem vendidos na escola Capacitar e orientar produtores quanto ao modo correto do plantio e reaproveitamento das áreas de lavoura;	Ampliar a construção de poços artesianos nas comunidades ribeirinhas Aquisição de filtros SALTA-Z, com capacidade para armazenar 5.000 litros e atender 100 famílias;	Utilização dos recursos do FUNDEF para a realização de hortas orgânicas nas escolas Incentivo ao resgate da cultura alimentar local através de reuniões com cooperativas e associações comunitárias;	Regionalização do cardápio da merenda escolar a partir de produtos advindos da agricultura familiar do próprio município, para promover o uso de uma alimentação saudável e renda para os produtores rurais; Capacitação e orientação realizada por nutricionistas aos merendeiros; Eliminar a distribuição e o consumo de alimentos industrializados e enlatados dentro da escola;

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>COARI</b>	<p>Fomentar o investimento na produção em parceria com o IDAM, Secretaria de Agroeconomia e Desenvolvimento Social;</p> <p>Universalizar, por meio de chamada pública, a compra dos produtos oriundo da agricultura familiar;</p> <p>Disponibilizar meios de transporte adequado para escoamento de gêneros alimentícios de acordo com cada produção;</p> <p>Auxílio na emissão de DAP e orientações gerais quanto à chamada pública;</p> <p>Criar calendários de produção agrícola de acordo com cada comunidade e eventuais dificuldades;</p>	<p>Promover ciclos de palestras e treinamentos sobre a importância da agricultura familiar;</p> <p>Orientações sobre processo de produção, cuidado da terra e plantio de outras culturas.</p> <p>Capacitação para a produção de agricultura orgânica com certificação;</p> <p>Pavimentação de estradas e ramais para facilitar o escoamento da produção;</p> <p>Plano de plantio para produção de alimentos fora da época da safra.</p>	<p>Parcerias com as universidades para auxiliar e orientar quanto aos excedentes de produção (produção de farinha de pupunha).</p> <p>Capacitação dos produtores quanto às boas práticas de manipulação e produção de alimentos;</p> <p>Criação de um dia da semana para a realização de uma feira com produtos especificamente oriundos da agricultura familiar.</p> <p>Criação de um espaço adequado para a comercialização das feiras, com água tratada e bancadas livres da presença de animais.</p> <p>Venda de carne e peixe com inspeção sanitária, bancada</p>	<p>Orientações sobre o tratamento e qualidade da água principalmente nos lugares onde há produção de alimentos;</p> <p>Esclarecimento sobre os riscos que envolvem os altos índices de perfuração de poços artesianos;</p> <p>Inspeção nos reservatórios de água e distribuição nos estabelecimentos comerciais e municipais;</p> <p>Treinamento e capacitação para atuar nas supervisões e emissões de laudos relativos à qualidade da água em tempo hábil.</p>	<p>Inserção de nutricionistas nos serviços de atendimento a Atenção Primária (UBS).</p> <p>Continuidade do PSE nas escolas, atendendo através do SIVAN;</p>	<p>Chamada pública para atender os fornecedores do cardápio da merenda escolar;</p> <p>Padronizar unidade de produção de alimentos de acordo com a resolução sanitária vigente;</p>

			refrigerada e piso adequado;			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>EIRUNEPÉ</b>	<p>Criar programas para garantia da Compra Mão de obra envelhecida êxodo Rural, precisa chegar mais saúde e educação para os ribeirinhos;            Uso de sementes e mudas melhoradas;            Realizar mais palestras e cursos para nossos produtores;            Melhorar as vias de acesso igarapés e ramais.</p>	<p>Disponibilidades de meios de transportes para locomoção dos produtos;            A maior valorização dos produtos;            Associação legalizada que ela possa incentivar os produtores a plantar e também receber os produtos.            Aumentar repasses e recursos para enriquecer os programas para atender melhor a população necessitada e alcançar a maior quantidade de famílias cadastradas;            Investir em profissionais qualificados na</p>	<p>Garantir tratamento de água na zona urbana e rural por meio de filtro, e na zona urbana por meio de cisterna, como forma de promover o consumo de água de qualidade e diminuir as ocorrências de doenças relacionadas;            Implantar as hortas familiares e escolares como forma de combater a desnutrição e a obesidade;            Promover cursos de alimentação e hortas para as famílias e agentes comunitários de saúde;            Criar centros de aproveitamento de alimentos;            Disponibilizar sementes e mudas;</p>	<p>RURAL: Garantir tratamento de água por meio de filtro;            URBANA: Garantir tratamento por meio de cisterna;            Garantir financiamento público para criação de sistemas de irrigação para produtores de hortaliças e demais culturas.            Implantar um programa municipal de conscientização quanto ao desperdício e o uso de água;            Implantar projeto de saneamento básico na Zona Urbana e Rural.</p>	<p>Realizar feiras com amostras de alimentos saudáveis e não saudáveis, aberto a toda população, mas conhecimentos com alimentos regionais e não regionais;            Trabalhar orientações nutricionais com pais, gestantes e jovens;            Mudança de hábitos alimentares trabalhando alimentos da safra;            Trabalhar segurança alimentar do município onde todos possam ter acesso a alimentação de qualidade em uma quantidade satisfatória;</p>	<p>Criar mecanismo para própria comunidade fornecer os produtos par substituir os enlatados na zona Rural;            Equipara as escolas Ribeirinhas com sistema de energia solar;            Aquisição de caminhão baú para entrega dos alimentos perecíveis;            Fazer um encontro na cidade com maior número de população indígena e da zona rural para passar as informações sobre alimentação escolar e alimentação saudável;            Trabalhar as participações dos pais para comparecerem nas</p>

		área				reuniões e passar as orientações da alimentação das crianças.
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>ENVIRA</b>	Não Apresentou	Não Apresentou	Não Apresentou	Não Apresentou	Não Apresentou	Não Apresentou
<b>HUMAITÁ</b>	<p>Maior apoio da classe política para o setor primário com ênfase na recuperação e construção de vicinais que possibilitem o escoamento da produção dos pequenos agricultores aos centro de consumo;</p> <p>Viabilizar através de uma força tarefa para levar informação sobre direitos destes como aposentadoria, BPC e bolsa família e capacitação técnica às comunidades ribeirinhas e comunidades ao longo das vicinais.</p>	Acesso a informação quanto segurança alimentar e nutricional;	Executar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA municipal, afim de proporcionar a doação de alimentos às instituições e fortalecer aos agricultores familiares.	Parceria com estado para análise da qualidade da água e contaminação do lençol freático – Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CIAMA)	Reestruturar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSAN); Realizar uma Ação Global pelo menos uma a cada semestre, incluindo todas as forças para levar cidadania as comunidades rurais;	Cobrar os motivos para saber o porque a agricultura familiar do município de Humaitá não está sendo contemplado no PREME; Saber porque o PREME não está chegando para Humaitá.

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>IRANDUBA</b>	<p>Adequação, estruturação e asfaltamento dos ramais.</p> <p>Implementação de uma central de distribuição e comercialização de alimentos e produtos regionais</p> <p>Distribuição direta do produtor para a sociedade, mais divulgação dos programas sociais, criar uma rede de comunicação, priorizar os produtores do município, para distribuir dentro do município.</p> <p>Implementação de agroindústria.</p> <p>Implementação do conselho Municipal de segurança</p> <p>Alimentar</p> <p>Trazer capacitação de produção orgânica para o município através da rede -</p>	<p>Incentivar e apoiar as pesquisas nas áreas rurais, fortalecendo o vínculo do agricultor com o pesquisador e assim trabalhar juntos para a melhoria dos produtos e diminuir o desperdício na produção.</p> <p>Fortalecer as cooperativas voltadas para a venda direta.</p> <p>Incentivar o consumo consciente</p> <p>Zoneamento econômico e ecológico</p> <p>Investir em capacitações dos produtores rurais para aprimorar suas atividades.</p>	<p>Utilizar os dados das UBS e das escolas como ferramenta para se chegar a este Levantamento;</p> <p>Realizar oficinas com facilitadores, profissionais que tenham o olhar voltado par as peculiaridades do município;</p> <p>Orientar a respeito das opções acessíveis e melhores de alimentos; sugere-se a realização de atividades práticas.</p> <p>Incentivar os agricultores a fazer cestas de produtos cultivados por eles para comercializar na própria comunidade.</p> <p>Organizar junto aos produtores exposições quinzenais ou mensais em pontos específicos do</p>	<p>Que a distribuição seja realizada 24 horas através de um novo sistema hídrico;</p> <p>Criar um sistema de abastecimento superficial.</p> <p>Intensificar as ações de vigilância, controle e monitoramento da qualidade da água;</p> <p>Criação de políticas públicas para aproveitar água da chuva na agricultura familiar;</p> <p>Criação de políticas públicas voltadas a informação e educação relacionadas ao uso e consumo correto da água.</p>	<p>Horta Escolar e nas UBS</p> <p>Uso de plantas medicinais</p> <p>Programa comunitário</p> <p>Criação de emprego</p> <p>Combate ao desperdício</p>	<p>Criação do Projeto Horta na Escola com o apoio de técnicos da Sec. De Produção Rural e IDAM.</p> <p>Realizar treinamentos com os manipuladores de alimentos</p> <p>Realizar distribuição da alimentação semanalmente descentralizada</p> <p>Antecipar as licitações para que não ocorra atraso na merenda escolar</p> <p>Projeto fixo e parcerias entre SEMEI e SEMSA para ampliar a proposta do NASF no atendimento aos alunos de educação nutricional, avaliação nutricional e exame dos manipuladores;</p>

	REMA		município dos produtos e comercialização;			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>ITACOATIARA</b>	Criação de um fundo municipal de incentivo à agricultura; Reativação do Conselho Municipal de agricultura e produção rural.	Criar lei de participação com até 20% das compras publicas para produtores da agricultura familiar; Criação do Conselho municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Obter financiamento para benefícios eventuais de alimentação, priorizando a aquisição de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar.	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>ITAPIRANGA</b>	<p>Criar o SISAN no município;</p> <p>Articular com os poderes Legislativo e Executivo para a aprovação do projeto de Lei;</p> <p>Criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itapiranga;</p> <p>Apoiar, planejar e orientar à Agricultura Familiar com equipe técnicas de Extensão rural;</p> <p>Estimular os produtores a vender seus produtos de consumo no próprio município;</p> <p>Instituir comissão permanente para trabalhar os marcos legais no âmbito da política de SAN;</p> <p>Fortalecer as organizações de agricultura familiar com o fornecimento de equipamentos e</p>	<p>Qualificar os filhos dos produtores rurais para desenvolverem a Agricultura Familiar de forma mais eficiente;</p> <p>Realizar palestras educativas nas Escolas e Comunidades para orientar as famílias a importância sobre Segurança Alimentar e Nutricional;</p>	<p>Recuperar ramais para garantir a produção e o escoamento;</p> <p>Facilitar à agricultores e pescadores o acesso a instrumentos de crédito rural voltados ao estímulo de produtos associados aos hábitos alimentares local;</p> <p>Estimular o consumo consciente de alimentos produzidos de maneira ambientalmente sustentável, incentivando e fomentando a agricultura familiar como apoio à promoção de práticas alimentares saudáveis.</p>	<p>Criar projetos de saneamento básico.</p>	<p>Criar parceria com a área da saúde, que todas as crianças da educação infantil sejam monitoradas quanto ao seu estado nutricional.</p> <p>Prover educação permanente e capacitação continuada de profissionais, conselheiros e membros da sociedade civil organizada com atuação na área de SAN, com ênfase na garantia do direito humano à alimentação e nutrição.</p> <p>Incluir o nutricionista na atenção básica à saúde garantido por lei, com critérios que considerem parâmetros do</p>	<p>Oferecer qualidade nutricional tornando a alimentação escolar mais saudável, levando em consideração os hábitos alimentares, garantindo a aquisição de frutas, legumes e hortaliças da produção local.</p> <p>Estender a Educação Alimentar e Nutricional a todo o ambiente escolar nas escolas públicas, com a criação e apoio técnico e operacional a projetos permanentes para o desenvolvimento extracurricular em parceria com a sociedade civil governamental e não governamental, como, por exemplo, horta e farmácia viva.</p> <p>Criar projeto horta</p>

	<p>instituir programas;  Implantação de um feira da Agricultura Familiar;  Aquisição de um transporte adequado para os produtores escoar seus produtos;</p>				<p>município;  Garantir o pleno funcionamento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) no município com supervisão de profissionais das áreas de alimentação e nutrição.  Fortalecer o sistema de vigilância sanitária, especialmente no município,  Capacitar técnicos especializados visando às boas práticas em toda cadeia produtiva e implantação de programas de educação para o consumo;</p>	<p>escolar com o objetivo de complementar a merenda escolar e como parte integrante do processo pedagógico nas escolas estaduais e municipais, estimulando as famílias e comunidades a criar hortas e farmácias vivas  Elaboração panfletos de Boas Práticas Nutricionais dos alimentos a serem consumidos.</p>
--	---	--	--	--	--	---

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>JAPURÁ</b>	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou
<b>JUTAÍ</b>	Reivindicação de segurança e higiene no espaço da feira Municipal do bairro Bom Pastor; Organização de feira municipal no porto do município;	Organização de associações de produtores e de pescadores	Disponibilidade de nutricionistas atendendo nas escolas municipais para realização de palestras;	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou
<b>MANACAPURU</b>	Contratação de profissionais na área de produção. Realização de concursos públicos na área de produção. Articular junto aos órgãos a formação e capacitação de técnicos agrícolas; Criar centros de armazenamento ou fabricas que verticalizem os produtos da nossa região, buscar parceiras com balcão de agronegócios.	Fortalecer os programas municipais direcionados para agricultura familiar, visando o aumento de produtividade e o crescimento da oferta de trabalho; Apoiar os instrumentos públicos para o fortalecimento dos programas voltados a segurança alimentar; Promover campanhas sobre reeducação alimentar; Assegurar o	Implantação central de comercialização e distribuição dos produtos regionais; Estimulação da mudança de hábitos alimentares através da educação (rodas de conversas, palestras); Proporcionar novas frentes de trabalhos, apoio de políticas públicas (transporte, embalar, instituições públicas com técnicos e extensão rural. Formação permanente de qualificação referente a produção e comercialização, e	Palestras sobre contaminação ocasionada pelo consumo de água contaminada; Extensão do projeto Salta Z para as escolas municipais da zona rural.	Política de fomento para aquisição do excedente para distribuição ou venda por valor simbólico para a população; Lei que proíbe o comércio de alimentos nas escolas; Aumentar o número de contratos de profissionais de nutrição; Conscientizar aos demais profissionais da área da saúde que não podem fazer o papel do nutricionista, e sim, devem encaminhar a este profissional quando o assunto for	Intensificar a fiscalização da merenda escolar; Elaborar projetos para que mude o pensamento de nossos alunos, o projeto alimentação saudável deve ser executado; Fazer trabalhos de nutrição com nossos alunos; Orientar nossas crianças sobre os alimentos que devem ser consumidos; Incentivar nossos alunos a cultivar seus próprios alimentos, exemplo horta nas escolas.

		fortalecimento da alimentação escolar, fortalecendo as produções oriundas da agricultura familiar.	parcerias com os órgão de controle de qualidade.		de atribuição dele; Cardápio adequado a realidade regional com auxílio do poder público, caso necessário.	Conscientizar os pais ou responsáveis a participarem de palestras que ensinem aos filhos sobre a qualificação dos alimentos saudáveis
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>MANAQUIRI</b>	Resgatar o Plano Estadual de sementes e mudas para pequenos produtores, o Estado fazendo doação de sementes e mudas possibilita a produção da agricultura familiar.	Sensibilizar os Produtores para trabalhar utilizando técnicas para a produção de alimento de qualidade, cultivando com tecnologia a plantação de sementes e mudas.	Criar mais espaços para garantir a comercialização direta do Produtor ao Consumidor – Ex: Feiras, convênios com supermercados, escolas etc.	Implantação de processo de filtragem de água em todas as comunidades da Zona Rural	Não apresentou	Não apresentou
<b>MANAUS</b>	Promover capacitação e treinamento de agricultores e suas associações; Assegurar o escoamento da produção da agricultura familiar; Viabilizar a melhoria	Implementar infraestrutura asfáltica nos ramais e vicinais com asfalto para escoar a produção, tendo como ênfase a agricultura	Criação de projetos direcionados para: Horta na escola com o apoio INPA, EMBRAPA e Nutricionistas; Horta Caseira: o conhecimento repassado na escola	Construção de poços artesianos para irrigação de plantações em áreas rurais e urbanas produtivas; Ampliação do sistema de abastecimento para	Fortalecimento do Sistema de Vigilância: instituir uma rede de cuidado e controle dos pacientes identificados em risco nutricional para monitoramento;	Utilização no cardápio escolar de alimentação vegetariana uma vez por semana. Estimular a criação de hortas nas escolas para o consumo dos alunos;

	<p>de estradas e vicinais e ordenamento fluvial com transportes adequados para escoamento da produção. Facilitar acessibilidade aos recursos de fundo perdido para agricultura familiar; Oferecer recurso público no âmbito das três esferas do governo, subsídios para estudo do solo e garantia para o agricultor sobre o que plantar</p>	<p>familiar; Desenvolvimento de política de preço mínimo para agricultura familiar; Criação de centro de coleta coletiva para catadores, associações, cooperativas e movimentos sociais com vista à geração de renda e a promoção da educação ambiental;</p>	<p>será repassado aos pais pra fazer a horta caseira; Capacitação de merendeiras: curso de aproveitamento de alimentos, doces, compotas com o apoio do INPA do CETAM e das faculdades com curso de Nutrição;</p>	<p>as áreas rurais; Implementação do cadastro referente as tarifas sociais de energia elétrica para as famílias de agricultura familiar; Promoção de projetos de incentivo com subsídios (bônus) pelas concessionárias de água e energia nas áreas periurbanas, como ações de sustentabilidade social; Oferecimento de subsídios para instalação do sistema de energia solar em comunidades urbanas para inventivo e implantação de hortas comunitárias.</p>	<p>Institucionalizar uma área técnica de alimentação e nutrição no âmbito da secretaria municipal de saúde de Manaus; Criar um observatório de ações de nutrição em Manaus; Criação de um centro de reabilitação de estado nutricional; Organizar o protocolo de atendimento nutricional às pessoas com deficiência;</p>	<p>Retirar os alimentos ultraprocessados do cardápio escolar; Elaboração de lei municipal que obrigue a disponibilizar recursos orçamentários direcionados para alimentação escolar, igual ou superior ao recurso federal. Incentivar o consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar no cardápio escolar; Valorizar a alimentação escolar regionalizada e diferenciada aos alunos das escolas indígenas;</p>
--	---	--	--	--	--	---

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>MANICORÉ</b>	Melhorias dos ramais e estradas para facilitar a circulação da produção e a comercialização direta com o consumidor através das feiras de agricultura familiar; Realizar a viabilização de estudo para escoamento da produção pelos rios e a construção de flutuantes para o armazenamento da produção da área de várzea no rio Madeira.	Capacitação para os agricultores; Fomento de sementes e mudas para um maior número de agricultores;	Não apresentou	Levantamento da quantidade de poços artesanais e disponibilizar ao menos um por bairro; Incentivar o uso de hipoclorito na água consumida pela população; Aumentar a distribuição do Programa SaltoZ; Ações direcionadas sobre o tema da água para evitar o desperdício; Orientação e incentivo à higienização das caixas d'água domiciliares;	Aumentar o quantitativo de nutricionistas na Secretaria de Saúde; Fomentar o contato entre secretários municipais de Saúde e Educação, incluindo os profissionais de hospital para fortalecer o atendimento em rede; Fazer hortas comunitárias; Produção de temperos caseiros; Reaproveitamento de alimentos;	Inserir frutas e verduras na merenda escolar; Merenda de qualidade nas escolas; Acompanhamento das nutricionistas com orientações para os pais e alunos na escola.
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>NHAMUNDÁ</b>	Fomentar programas governamentais de produção e compra de gêneros alimentícios regionais da	Termo de aceite do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA estadual e	A adequação do Serviço de Vigilância Sanitária, com capacitação e qualificação dos	Ampliação do projeto SALTA z em parceria com a FUNASA, para as demais	Capacitação aos Agentes Comunitários de Saúde; Desenvolver hortas	Assegurar e mobilizar ações para o funcionamento dos Registros de Inspeções de

	<p>agricultura familiar; Consolidar e ampliar o Programa de Aquisições da Agricultura Familiar (PAA); Garantir assistência técnica de extensão rural, de qualidade e interdisciplinar, com garantia de recursos para as instituições públicas (municipal, estadual e federal) de ensino e pesquisa, voltada para a agricultura familiar com enfoque na agroecologia; Desburocratizar o crédito para os agricultores familiares com 50% dos recursos de crédito rural direcionados para a agricultura familiar. Implementar políticas públicas de crédito, pesquisa, capacitação e assessoria técnica de incentivo à produção agroecológica e de aquicultura e pesca;</p>	<p>Federal, para geração de emprego e renda às famílias dos agricultores rurais; Acompanhar às famílias beneficiárias do programa bolsa família e em vulnerabilidade social, com inserção na distribuição dos produtos adquiridos no Programa de aquisição de Alimentos; Orientação das famílias de agricultores inseridos dos programas sociais; Trabalhar no incentivo e formação técnica profissional para os filhos de agricultores, sobre o manuseio adequado e técnicas de plantio</p>	<p>profissionais para uma melhor execução dos trabalhos laborais; Fazer palestras informativas com distribuição de folders nas feiras municipais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, informando a origem dos alimentos e o manuseio adequados no consumo e conservação; Mapeamento das famílias em situação de segurança alimentar e nutricional, por uma equipe de profissionais capacitados para avaliar as famílias e as pessoas em situação de risco;</p>	<p>comunidades e núcleos do município, garantindo o acesso potável; Tratar a água como elemento de soberania e aperfeiçoamento de legislações que regulamentem a sua utilização racional e que a reconheçam como Patrimônio Cultural e, além disso, como um bem público; Estudo da qualidade da água que abastece o município, verificando os índices químicos apropriados para o seu consumo e produção;</p>	<p>familiares e hortas nas escolas municipais e estaduais para amenizar o índice de obesidade e combate à fome. A informatização da segurança alimentar e nutricional para povos indígenas e ribeirinhos sobre o consumo adequado e inadequado dos alimentos, e suas consequências biológicas, químicas e físicas.</p>	<p>gêneros alimentícios, nas compras institucionais e origem animal e vegetal; Garantir no mínimo 30% da aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar e priorizar os alimentos in natura na rede estadual de ensino, assegurando o direito à alimentação saudável e adequada; Capacitar os agricultores familiares com equipe multiprofissionais; Garantir o funcionamento dos registros de selos orgânicos e Serviço de Inspeção Municipal.</p>
--	--	--	--	---	--	--

	<p>Garantir e ampliar o transporte dos agricultores e escoamento de seus produtos para a comercialização em feiras da Agricultura Familiar.</p> <p>Fornecer máquinas agrícolas para melhor preparo do solo, contribuindo para a mudança do atual padrão de desenvolvimento rural e agrícola, garantindo a proteção do solo, dos mananciais, dos alimentos tradicionais e o resgate das sementes tradicionais e dos modos de produção familiar.</p> <p>Fomentar projetos de hortas comunitárias, apicultura, piscicultura e de criação de pequenos animais;</p> <p>Avançar no atendimento para emissão de CAR, DAP e Carteira do Produtor entre outros</p>	<p>e colheita do alimento.</p>				
--	---	--------------------------------	--	--	--	--

	documentos. Elaborar diagnósticos participativos, coordenados pelos CONSEAS (ou conselhos afins) com o fim de subsidiar a efetivação dos conselhos municipais; Estabelecer políticas estáveis de estoques, no abastecimento de produtos alimentares básicos para proporcionar a regulação de ofertas, demandas e preços, garantindo a SAN.					
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>NOVA OLINDA DO NORTE</b>	Aumentar o percentual de compra do PNAE para 40%; Fortalecimento do terceiro setor (apoio jurídico, informações gerais, documentos necessários, contadores) para ter acesso aos programas de comercialização; Agroindústria para beneficiar os produtos	Desenvolvimento de cursos de formação em parceria com o IDAM para agricultores, escolas municipais, estaduais e demais secretarias do município; Criação de hortas escolares e	Produção e consumo de alimentos vindos da produção regional; Mapear e desenvolver a aplicação de consumo de produtos regionais nas escolas; Criação de programas municipais para	Acesso ao projeto SaltaZ em todas as 87 comunidades rurais de Nova Olinda do Norte; Pesquisa científica para ter informações sobre a qualidade da água consumida no município, em vista da existência de minerais como	Criar comissão municipal para capacitar, orientar e fiscalizar famílias que trabalham na agricultura familiar usando agrotóxicos; Intensificar o uso de hipoclorito na água e nos preparos dos alimentos no ambiente familiar; Implantar projetos de	Promover campanhas informativas sobre alimentação segura e saudável nas escolas; Aumentar a compra de produtos regionais advindos da agricultura familiar no cardápio da merenda escolar (frutas e verduras);

	<p>ou melhorias de câmaras frigoríficas para armazenamento de polpas;</p>	<p>fomentos para agricultura familiar;  Fomentar a participação dos usuários em cursos e atividades que promovam a emancipação e a valorização da agricultura familiar;  Cursos de capacitação para reaproveitamento de alimentos;  Organizar as cooperativas que se encontram impossibilitadas de concorrer a editais;  Aquisição de espaço físico para divulgar os trabalhos em feiras de artesanato em parceria com as feiras dos agricultores;  Doação uma vez por semana de produtos da</p>	<p>compra de produtos regionais.</p>	<p>potássio em seu subsolo, revelando se isso tem influencia nos elevados casos de hipertensão, problemas gástricos e de câncer contabilizados no referido município;  Garantia de água potável para a população da zona urbana e rural;  Criação de leis para trabalhar os cuidados e a importância da água no município;  Expansão de projetos sanitaristas para evitar a contaminação dos lençóis freáticos;  Controle e fiscalização dos garimpos nos rios, evitando a contaminação da água e dos pescados;</p>	<p>boas práticas de manipulação e preparo de alimentos nos bairros e comunidades para a realização da segurança alimentar;</p>	<p>Articular com a gestão a melhoria dos equipamentos para o armazenamento dos alimentos;  Capacitação dos merendeiros para melhorar a qualidade da merenda escolar e a aceitação dos alunos;</p>
--	---	--	--------------------------------------	---	--	---

		agricultura familiar à famílias de baixa renda; Promover acesso à alimentação saudável com a criação de um restaurante comunitário;				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>NOVO ARIPUANÃ</b>	Ministrar cursos e oficinas em parceria com profissionais especializados para os produtores e consumidores incentivando o consumo de alimentação regionalizada. Criar um calendário específico para área de vargem, incluindo transporte e armazenamento de produtos no município, visto que a produção deriva em sua maior quantidade dessa área, disponibilizando a comercialização e evitando desperdício.	Manter o incentivo aos agricultores, com a distribuição de sementes e escoação dos produtos para que possam continuar gerando renda. Incentivar a plantação de hortas comunitárias, minimizando o consumo de de alimentos industrializados. Ampliar a divulgação sobre os programas de aquisição de alimentos para os agricultores com o	Criar um calendário de reunião bimestral do conselho de segurança alimentar e nutricional do município com A Fundação de Vigilância Sanitária para cobrar a fiscalização efetiva da vigilância sanitária nos comércios, feiras e mercados par que as famílias possam de fato ter acesso a uma alimentação adequada. Aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar - SISAN com o objetivo de assegurar o Direito	Construção de poços artesanios na zona rural, como forma de promover o acesso ao consumo de água de qualidade. Elaboração de Projetos para saneamento básico na zona urbana. Garantir que toda população tenha acesso a água de qualidade dos poços artesanios já existentes no município através do projeto Água Boa para Povo.	Ampliar o acesso da população ao grupo de prática esportiva realizado através do Núcleo de Apoio a Saúde da Família que existe no município, como forma de prevenir doenças físicas e mentais. Desenvolver ações de práticas esportivas com orientação nutricional na zona urbana e rural, em parceria com o CETAM, UEA, SEMSA e outros parceiros, com o objetivo de qualidade de vida saudável. Atuar em parceria com o programa	Melhorar a escoação dos produtos que chegam para merenda escolar, viabilizando transporte e armazenamento adequado. Criação de hortas nas escolas com o objetivo de melhorar a qualidade da merenda escolar. Promover palestras nas escolas com pais e alunos sobre os impactos positivos de uma alimentação saudável.

	Garantir equipe técnica de extensão rural com o objetivo de orientar os agricultores em geral e produtores aptos a distribuição de alimentos, quanto ao manejo e escoação adequada do produto até a mesa do consumidor.	objetivo de incentivá-los a participarem.	Humano a Alimentação Adequada – DHAA. Produção de horta caseira com o objetivo de incentivar a prática da alimentação saudável.		saúde na escola para fortalecer as ações de combate a doenças como obesidade e desnutrição no município.	
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>PARINTINS</b>	Implantação do serviço de assistência técnica de extensão rural municipal para orientar, planejar e articular parcerias para fomentar a agricultura familiar no município; Assegurar assessoria técnica para produção de polpas de frutas regionais, iogurte artesanal, mel de cana, alimentos defumados, desidratados e processados obedecendo	Garantir que as compras da prefeitura para abastecer hospitais, presídios e benefícios eventuais relacionados com a alimentação sejam realizadas a partir do consumo de produtos vindos da agricultura familiar nos moldes do PNAE; Articular o	Desenvolver campanhas e oficinas de orientação para o reaproveitamento dos alimentos; Facilitar que os produtos para o consumo imediato sejam vendidos ou distribuídos em local adequado e acessível para a população de baixa renda; Criação de um programa de acesso a legumes e verduras para família em vulnerabilidade	Criação da ETA (Estação de Tratamento de Água) de captação superficial para abastecimento público de Parintins; Tarifa social para pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, com desconto proporcional à renda familiar; Troca de tubulação de ferro para PVC; Criação da ETE	Criar o Dia D da alimentação, incluindo uma semana de atividades que oportunizem práticas de alimentação saudável, alertando sobre a importância e a qualidade da alimentação; Garantir o acesso à informação nutricional em conformidade ao período de desenvolvimento humano;	Inserção de cardápio adaptável para alunos com deficiência, respeitando as suas particularidades, bem como em datas elusivas; Sensibilizar pais e alunos quanto à importância da alimentação escolar; Ampliar as atividades de educação nutricional, visando fortalecer uma alimentação

	<p>princípios da produção agroecológica; Implantação do fórum fundiário com o objetivo de articular a regularização fundiária nas áreas pertencentes ao governo do estado, assim como buscar parcerias com a superintendência do patrimônio da União (SPU), para as áreas de várzea e com a superintendência do INCRA do Amazonas para as áreas do P.A. Vila Amazônia; Assegurar a contratação da Equipe técnica para elaboração do cadastro ambiental rural (CAR) macrozoneamento e a conclusão do zoneamento ecológico econômico; Implantação do programa de apoio ao Programa de Mecanização Agrícola;</p>	<p>fortalecimento das compras de produtos da agricultura familiar nos mercados institucionais (PNAE, PAA e PREME) além do mercado justo e mercado varejista livre; Garantir o acesso com a abertura de estradas e ramais, bem como o acesso a meios de transporte: caminhão, motocar, carretas agrícola no meio terrestre. E nos fluvios o uso de balsas (ferryboat) no meio fluvial para facilitar o escoamento da produção da agricultura familiar. Assegurar a implantação de uma central estruturada e</p>	<p>social, programa hortas no quintal, e hortas populares em espaços públicos; Criação de núcleo de educação nutricional; Aumentar a contratação de nutricionistas para potencializar os programas existentes no NASF; Parcerias com os ACS e técnicos em nutrição nas suas áreas de abrangência para trabalhar nutrição e reeducação alimentar; Parceria com as Universidades para análises da qualidade alimentar nas escolas, hospitais, feiras e outros; Reativar o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Parintins para intensificar o controle social nos</p>	<p>(Estação de Tratamento de Esgoto); Criação de um projeto de Lei que viabilize a continuidade da implantação do Projeto Salta Z e água no jirau nas comunidades de várzea e terra firme em parceria com o SAAE;</p>	<p>Criação do canteiro popular e outras iniciativas de participações comunitárias relacionadas à alimentação saudável; Ampliar o quantitativo de nutricionistas, garantindo também a contratação de técnicos de nutrição nas UBS; Garantir o uso de materiais didáticos para os profissionais e os recursos necessários à realização das atividades relacionadas com alimentação saudável e saúde;</p>	<p>saudável dentro do âmbito escolar; Introdução e estimulação ao consumo de PANCs (Plantas Alimentícia não Convencional)no cardápio escolar; Criação de cardápios para aproveitamento da totalidade dos alimentos consumidos; Capacitação das merendeiras no manejo da merenda escolar para que não haja desperdício;</p>
--	---	--	--	---	--	--

		equipada no padrão SEASA com câmaras frigoríficas, empacotadeira, caminhões, embalagens e balança, para o recebimento e beneficiamento da distribuição e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar; Garantir a manutenção das feiras atuais e implantação de novas feiras (camaroeiras) para comercialização dos produtos da agricultura familiar;	diversos setores de produção de alimentos do município (lanchonetes e praças de alimentação) em parceria com os órgãos de vigilância;			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>PRESIDENTE FIGUEIREDO</b>	Propor complemento alimentar aos alunos das escolas municipais e estaduais;	Propor qualificação e valorização dos produtos regionais com selo próprio	Propor ao Município que destine pelo menos 1% dos alimentos produzidos no	NÃO APRESENTOU	Propor ações intersetoriais e multiprofissionais de Educação Alimentar e	Promover campanhas educativas em âmbito estadual e municipal acerca do

	<p>Incentivar a criação de hortas nas escolas; Ofertar desjejuns nas escolas da Rede municipal de ensino; Intensificar as palestras educativas sobre alimentação saudável nas escolas/alunos e família; Aquisição de transporte adequado com uso de carro frigorífico para distribuição dos alimentos até a escola por meio do PAR (FNDE); Garantir 50% da agricultura familiar em atendimento aos programas sociais, educacionais e de saúde (Lei nº11.947/2009- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar);</p>	<p>do município; Inclusão de produtos orgânicos oriundos das comunidades rurais e indígenas; Incluir de forma prioritária os produtores rurais no chamamento da agricultura familiar que comercializam produtos de origem animal e vegetal;</p>	<p>município ao atendimento de famílias referenciadas pelo programa de transferência de renda PBF(Programa Bolsa Família), pelo menos, uma vez ao mês;</p>		<p>Nutricional que estimule a prática de alimentação saudável e sustentável em todos os âmbitos de rede de atenção municipal;</p>	<p>consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;</p>
--	---	---	--	--	---	--

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>SANTA IZABEL DO RIO NEGRO</b>	Construção de um diagnóstico local para mapeamento dos alimentos cultivados e a forma como os produtores estão organizados, visando a elaboração de uma lei municipal de segurança alimentar e nutricional;	Criação de mecanismos municipais que incentivem a produção e a aquisição de alimentos dos produtores locais, contribuindo com a renda das famílias.	Promover e ampliar o acesso a alimentação adequada e saudável através da educação nutricional continuada.	Implantação do Programa Vigiágua, garantindo a qualidade da água consumida pela população.	Criar o núcleo de educação em saúde no município; Adequar a alimentação do público indígena internado no hospital à sua realidade, observando as normas da boa alimentação e respeitando a complexidade de cada caso; Capacitar os profissionais de saúde com base nas instruções da Nutricionista; Direcionar as orientações sobre alimentos saudáveis para a realidade local, indicando as frutas, legumes e verduras regionais e mais acessíveis; Realização de palestras sobre Nutrição e alimentos saudáveis	Abrir edital de chamada pública, específico e adequado ao sistema de produção das comunidades; Criar e adaptar cardápios de acordo com os produtos indicados no edital de chamada pública; Garantir a entrega dos produtos agrícolas diretamente nas escolas rurais; Providenciar o transporte adequado dos produtos; Construir um espaço para armazenamento com equipamentos específicos para a conservação; Criação do FORUM (Conselho) Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional permanente.

					nas comunidades, com intuito de incentivar a produção de produtos alimentícios regionais.	
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>SANTO ANTONIO DO ICÁ</b>	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou
<b>SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA</b>	Priorizar agricultura orgânica, piscicultura e avicultura; Aumentar a construção de casas de farinha; Uso alternativo do timbó na agricultura agroecológica em substituição aos agrotóxicos; Disponibilizar alimentos a menor preço mediante a facilitação do escoamento da produção; Cursos para informar sobre a qualidade dos alimentos;	Fortalecer parcerias para garantir incentivos com garantia de venda. Fortalecimento de programas de extensão rural: agricultura familiar e agronegócio. Distribuição de sementes. Aumentar a logística. Abrir estradas e sinais;	Construção de restaurante popular com abastecimento pela agricultura familiar;	Não apresentou	Não apresentou	Incentivar o consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar na elaboração do cardápio da merenda escolar; Concurso público para que cada escola tenha uma nutricionista; Curso de formação para os profissionais da educação no âmbito da merenda escolar; Criar parcerias entre escola e comunidades rurais para criação de

						hortas comunitárias;
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>São Paulo de Olivença</b>	<p>Criação de corpo técnico qualificados no IDAM e SEMPA para apoio logístico.</p> <p>Entrepasto para crescer os incentivos do governo através de políticas públicas</p>	<p>Fortalecer projetos que trabalham o desenvolvimento da produção de alimentos saudáveis e que possibilitem renda de forma sustentável.</p> <p>Implantação de agroindústria alimentícia em São Paulo de Olivença</p> <p>Implantação de entreposto de pescado no município.</p> <p>Divisão da feira: pescado e agrícola.</p>	<p>Sustentabilidade da produção local e instituição de incentivos através da cultura do setor primário.</p> <p>Órgão de fiscalização atuante da vigilância sanitária e meio ambiente.</p> <p>Cooperativas que trabalhem com hortas comunitárias que tenham incentivos adequados dos órgãos públicos.</p>	<p>Criação de campanha itinerantes.</p> <p>Fortalecimento e ampliação do sistema da sede para implantação de sistema hidráulico para as comunidades ribeirinhas.</p>	Não Apresentou	<p>Projeto de lei municipal para implantação de horta escolar em parceria com a secretaria de produção.</p> <p>Lei municipal da proibição de vendas de alimentos industrializados, alimentos com baixo nutrientes na merenda escolar nas cantinas das escolas e ambientes em torno da mesma.</p> <p>Inclusão da educação nutricional na matriz curricular das escolas para motivar e sensibilizar a aprendizagem.</p> <p>Projeto de oficina educacional alimentar escolar familiar em período trimestral.</p>

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ</b>	<p>Garantir equipe técnica de extensão rural para orientar e planejar a produção das famílias;            Garantir atendimento para produção agroecológica com a produção de polpas, mel de cana, defumados e processados em geral.            Avançar no atendimento para emissão de CAR, DAP e Carteira do Produtor entre outros documentos;            Fornecer maquinários para plantio agroecológico;            Articular e fornecer as modalidades de aquisição de alimentos, compras institucionais e aquisição privada;            Ampliar o transporte de agricultores e produtores para Feira de agricultura familiar, com ônibus</p>	<p>Trabalhar no incentivo e formação técnica dos filhos dos agricultores;            Promover palestras de educação nutricional para orientar e sensibilizar as famílias sobre a importância da alimentação saudável;            Garantir financiamento público aos benefícios eventuais de alimentação, priorizando a aquisição de gêneros alimentícios de agricultura familiar;</p>	<p>Atendimento ao produtor rural na feira da agricultura familiar;            Promover qualificação dos técnicos de assistência técnica e extensão rural;            Criação de um grupo de WhatsApp para orientação técnica dos produtores como forma de garantir orientação aos agricultores que produzem nas comunidades mais distantes.            Garantia de acesso à Agroecologia mediante a elaboração de Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável para orçamento de produção rural;            Microcrédito para agricultores orgânicos e agroecológicos a nível municipal e</p>	<p>Garantir tratamento de água na zona rural por meio de filtros e na zona urbana por meio de duas cisternas para promover consumo de água de qualidade e diminuir a ocorrência de doenças relacionadas com o consumo da água.            Garantir financiamento público para criação de sistema de irrigação para produtores de hortaliças e demais culturas.            Implementar o programa municipal de conscientização contra o desperdício e uso indevido da água.            Implantar projetos</p>	<p>Melhorar a capacitação dos agentes comunitários de saúde, como forma de promover a alimentação saudável.            Promover as hortas familiares, como forma de combater a fome e a obesidade.</p>	<p>Garantir a inscrição dos agricultores que residem perto das escolas mais se distantes, para que os mesmos se tornem financiados pelo PNAE, diminuindo a problemática da logística e garantindo alimentos saudáveis para a comunidade escolar;            Aumentar o percentual de produtos orgânicos e agroecológicos a serem adquiridos para a merenda escolar;            Aquisição de materiais necessários para a produção de alimentos orgânicos dentro das escolas sobre a responsabilidade da gestão municipal;</p>

	adaptado; Efetivação do Conselho de Segurança alimentar e Nutricional; Estruturação da Feira de Agricultura Familiar de São Sebastião do Uatumã;		estadual. Recuperação dos ramais como forma de garantir produção e escoamento. Criação de um centro de aproveitamento de resíduos orgânicos; Criação de um banco de sementes e mudas;	de saneamento básico na zona rural e urbana.		Garantir o funcionamento do Serviço de Inspeção Municipal, para possibilitar a aquisição de alimentos processados de origem animal nas compras institucionais e a classificação dos produtos da agricultura e do extrativismo.
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>SILVES</b>	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou	Não apresentou
<b>TABATINGA</b>	Auxílio Financeiro ao Agricultor Familiar no período das chuvas; Estimular a articulação entre a Prefeitura e produtores rurais para a criação de cooperativas, onde os cooperados possam comercializar seus produtos, com auxílio de transporte coletivo	Criação do Programa de Formação Continuada e Incentivo a Adolescentes do Município, assentamentos ribeirinhos e indígenas na agricultura familiar; Fortalecer a articulação de	Formação continuada com as merendeiras sobre a manipulação de alimentos objetivando o melhor aproveitamento dos mesmos, bem como que no processo seletivo sejam consideradas suas formações quanto à área;	<b>NÃO APRESENTOU</b>	Contratação de mais profissionais na área de nutrição (tec. De nutrição e nutricionista); Capacitação e oficinas com todos os profissionais de saúde sobre alimentação saudável e manipulação de alimentos; Inclusão de oficinas de nutrição nos	Assegurar que o tema segurança alimentar e nutricional seja inserido no contexto pedagógico ao aluno, por meio dos conteúdos transversais, incentivando o aluno a hábitos saudáveis (ex: hora escolar inclusão familiar ao tema);

	e assistência técnica agrícola para esse escoamento dos produtos; Pavimentação das vicinais da área do INCRA e ZONA RURAL	logística no transporte dos produtos rurais produzidos no Município (assentamentos ribeirinhos e indígenas) para a zona urbana (fluvial e terrestre); Cobrar dos órgãos competentes uma maior fiscalização dos produtos agrícolas estrangeiros comercializados no Município.	Desenvolvimento de políticas públicas para auxiliar no escoamento dos produtos agrícolas.		programas sociais PAIF/CRIANÇA FELIZ/CENTRO IDOSO/BOLSA FAMÍLIA, fortalecendo a rede Intersetorial (saúde, Assistência Social e Educação) da segurança nutricional dos indivíduos/população	
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>TEFÉ</b>	Promover a regularização fundiária para os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultor familiar, garantindo o acesso a terra. Realizar mapeamento, georreferenciamento	Fortalecer as organizações sociais na habilitação técnica e na produção, visando o acesso aos programas governamentais de comercialização; Assegurar o acesso nas	Incentivar e subsidiar a produção de alimentos orgânicos a custos acessíveis aos consumidores prestigiando grandes populações, fomentando as hortas comunitárias e a agricultura familiar; Promover pesquisas	Implantar poços artesianos e monitorar a qualidade da água destes em todas as comunidades de terra firme e próximos das plantações.	Capacitar os produtores para o bom manejo dos produtos agropecuários e extrativistas (higiene, transporte e acondicionamento); Criar as feiras municipais locais e itinerantes. Estimular	Cumprir o que determina a Lei Nº 38/2009 quanto à inclusão de SAN no currículo escolar; Regionalizar a Alimentação Escolar com alimentos não industrializados (enlatados), produzidos nos municípios com o

	<p>cartográfico dos povos e comunidades tradicionais; Desenvolver ações integradas e criar áreas nos espaços urbanos que privilegiem estas populações respeitando suas culturas ancestrais; Disponibilizar terra a ser cultivada durante o inverno; Aumentar o uso das áreas de várzea baixa e alta; Garantir o acesso a terra em assentamentos agrícolas e unidades de conservação para os povos da região, tornando viáveis políticas de educação contextualizada, contratos formais, qualificação profissional, assistência técnica, distribuição de boas sementes, sistema de produção, com valorização e respeito à sua</p>	<p>compras governamentais dos agricultores familiares em áreas de assentamento, somente com a apresentação da relação de beneficiários fornecida pelo INCRA; Subsidiar a criação de pequenas unidades de beneficiamento de produtos regionais para utilização na alimentação escolar em parceria com o PAA e PNAE</p>	<p>científicas para elaboração de produtos inseticidas e herbicidas em produtos e ervas naturais para substituir o uso de agrotóxico. Valorizar as plantas medicinais reconhecidas como fonte de saúde.</p>		<p>comunidades ribeirinhas e indígenas a produzirem e participarem de chamadas públicas para a venda e distribuição de alimentos orgânicos em localidades próximas;</p>	<p>objetivo de favorecer alimentação de qualidade e gerar renda às comunidades; Restringir a venda de produtos industrializados nas escolas e no entorno dessas e privilegiar alimentos regionais;</p>
--	--	---	---	--	---	--

	identidade regional.					
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>TONANTINS</b>	Priorizar, nas ações e propostas voltadas à produção de alimentos, as comunidades tradicionais existentes no município, com foco nas aldeias indígenas, e respeitando a cultura e a necessidade local.	A necessidade de prover capacitação da população e equipamentos que possibilitem a preparação de alimentação saudável, priorizando alimentos in natura;	A necessidade de garantir a preservação e resgate dos aspectos históricos e culturais no que se refere à tradições e saberes ancestrais na ocupação do espaço e fomentar integração do urbano e rural.	A necessidade da proteção das nascentes, mananciais, rios e florestas da cidade de Tonantins. Assim como a elaboração de planos de abastecimento de água tratada, de emergência em consideração a segurança alimentar e nutricional e necessidade de oferecer à população postos de distribuição.	Assegurar políticas específicas e universais de segurança alimentar e nutricional para os grupos vulneráveis como cozinha comunitária no município de Tonantins, garantindo o direito humano a alimentação.	Intensificar as estratégias de promoção de educação alimentar e nutricional; apoiar iniciativas de participação e controle social em relação à alimentação escolar incentivando a agricultura familiar; fiscalizar a regulação da venda de alimentos de calorias vazias próximas às escolas garantindo acesso à alimentação saudável.
<b>UARINI</b>	Fortalecer as organizações de agricultura familiar com o fornecimento de equipamentos. Manter o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – de forma contínua	Aumentar a mobilização social para participação em cursos oferecidos pelo município, para geração de renda. Realizar capacitação gratuita para	Criar programas de educação alimentar e nutricional direcionado às famílias. Ampliar a divulgação dos dados sobre Estado Nutricional da população. Ampliar a	Divulgar informações e tecnologias utilizadas sobre como é feito o tratamento de água e esgoto acompanhados e fiscalizados. Orientar a população através	Realizar campanhas de educação sanitária e ao consumo alimentar seguro. Formação em educação continuada e permanente dos diferentes profissionais que atuam na área de alimentação visando	Equipar adequadamente as cozinhas das unidades educacionais, garantido a manutenção periódica e reposição quando necessário e adequar o quadro de pessoal

	<p>enquanto política pública.          Implantar alternativas de venda direta para comercialização e abastecimento de produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar.          Implantação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, prevendo o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural no município.          Priorizar, nas ações e propostas voltadas à produção de alimentos, as comunidades tradicionais existentes no município de Uarini, com foco nas aldeias indígenas, e respeitando a cultura e a necessidade local.</p>	<p>manipuladores de alimentos, empreendedores individuais ou pequenos estabelecimentos comerciais da área de alimentos com garantia de certificações para liberação de licença sanitária.          Apoio e incentivo municipal de caráter técnico e financeiro para organizações, associações e cooperativas.</p>	<p>divulgação sobre alimentação segura e saudável nos diversos tipos de mídia.</p>	<p>de práticas de educação ambiental com campanhas na mídia em geral sobre o uso racional e reuso de água de forma segura, distinguindo água potável de não potável e como trata-la em caso de necessidade e emergência para minimização de danos à saúde.          Implantar poços artesianos nas comunidades rurais, como forma de promover o consumo de água de qualidade.</p>	<p>assegurar à abordagem dos temas relacionados à história, memória e cultura, garantindo a soberania alimentar.          Projetar e realizar ações intersetoriais para crianças e jovens com a participação ativa da comunidade que realcem a importância da Segurança Alimentar e Nutricional e do convívio com o meio ambiente através da formação de hortas comunitárias.</p>	<p>da cozinha aos alunos, capacitando-os periodicamente para que as refeições sejam saudáveis, e priorizando alimentos in natura.          Garantir condições para que a escola tenha autonomia assistida por nutricionista na elaboração do cardápio e acompanhamento do plano de alimentação escolar.          Promover a integração entre as secretarias de educação e saúde no âmbito do PSE (Programa Saúde na Escola).          Divulgar e incentivar para que o Conselho Escolar e a população sejam atuantes em relação ao controle social da alimentação escolar.</p>
--	--	---	--	---	---	--

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>I – Produção, comercialização e disponibilidade de alimentos</b>	<b>II – Renda e condições de vida</b>	<b>III – Acesso à alimentação adequada e saudável</b>	<b>IV – Água: acesso e qualidade</b>	<b>V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados</b>	<b>VI – Educação e qualidade da merenda escolar</b>
<b>URUCARÁ</b>	Não enviou Relatório	Não enviou Relatório	Não enviou Relatório	Não enviou Relatório	Não enviou Relatório	Não enviou Relatório